

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XVI

Nº 115

p. 185 – 268

julho/set./84

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Dr. Heitor Regina

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Dr. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Dr. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ersio Lensi

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Profa. Maria Helena Degani Rocha

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XVI – Nº 115

ISSN 0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1984

SUMÁRIO

Artigos

Os Dois Onze de Agosto	187
Odilon Nogueira de Matos	
Pode ser neutra a ciência?	192
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Escolas, Entidades Culturais e Imprensa no Rio de Janeiro em 1884 .	193
Émile Allain	
Notas à margem de "SAGA"	204
Edison Mueller	
Lembrando Castello Branco	210
Francisco Iglésias	
O Elemento Sócio-Político em "Incidente em Antares"	215
Liliane dos Santos	
Vivaldo Coaracy, Memorialista e Homem de Imprensa	221
Ernani Silva Bruno	
"Sua Majestade, o Presidente"	223
Austregésilo de Athayde	

Jackson de Figueiredo e a Monarquia	225
Teresa M. Malatian Roy	
Registro Bibliográfico	227
Periódicos	234
Noticiário	
O homem que desenhava o Brasil	236
Conferência Sul-Americana de Estudos Históricos	238
Um Pouco de Música	
Estelinha Epstein	239
Celso Maria de Mello Pupo	
Memória Campineira	
Campinas e a Revolução de 1842	247
Textos	
A República no Brasil	249
Tristão de Athayde	
Questões sobre a República ideal	250
Tommaso Campanella	
Vultos da Historiografia Brasileira	
Jaime Cortesão	252
Hélio Damante	
A constante colaboração de Jaime Cortesão na Imprensa Brasileira	257
João Alves das Neves	
Seleta	
João Ramalho	263
Jaime Cortesão	
Rabiscos de um Escrevinhador	
Visconde de Taunay, o quase esquecido	265
“Revista Brasileira”	266
Divulgador amável de nossa História	267

Odilon Nogueira de Matos

Há alguns anos, quando uma reunião do Clube dos 21 Irmãos-Amigos de Campinas coincidiu com o dia 11 de agosto, tive oportunidade de proferir alocução com o título supra e que agora, um tanto extemporaneamente, julgo conveniente divulgar, crendo não ser inútil a lembrança da dupla efeméride que então se comemorava, uma de significação nacional, outra de âmbito local.

1. O 11 de Agosto nacional

O primeiro 11 de agosto relembra, como é bem mais notório, a criação dos cursos jurídicos no Brasil, no ano de 1827, com a fundação das duas primeiras Academias de Direito, a de São Paulo e a de Olinda (esta posteriormente transferida para o Recife), ambas instituídas pelo mesmo dispositivo imperial de 11 de agosto daquele ano.

Creio desnecessário recordar a significação cultural desse ato e o papel que as duas academias gêmeas representam no panorama de nossa história. Com elas, pode dizer-se, o Brasil emancipou-se, pelo menos no setor jurídico, da dependência das universidades européias, especialmente a de Coimbra, pela qual, aliás, foram elas modeladas. Fora do campo das leis, que seria logicamente inerente às suas próprias atividades, a importância delas foi enorme: a de São Paulo gaba-se, e com razão, de ter sido o berço do romantismo no Brasil, com os nomes tutelares de Álvares de Azevedo, Fagundes Varela e Castro Alves; por sua vez, a de Pernambuco orgulha-se de ser o berço da filosofia em nossa pátria, com a chamada **Escola do Recife**, na qual pontificaram, entre outros, Tobias Barreto, Farias Brito e Sílvio Romero.

Para São Paulo, a fundação da Academia (como então se denominava) pode ser considerado o fato mais importante da primeira metade do século XIX. E de tal maneira a escola e a cidade se vincularam, que suas histórias não podem ser dissociadas, confundindo-se em toda uma variadíssima gama de circunstâncias. A importância cultural, social e também política desse fato já tem sido devidamente salientada em obras bem conhecidas, cujos autores, se não esgotaram o assunto, pelo menos souberam realçar o papel de alto relevo representado pelas venerandas arcadas do Largo de São Francisco na vida do país. Aureliano Leite considerou-a “o maior laboratório de homens públicos do Brasil”.

Graças a essa instituição, transformou-se São Paulo na “cidade acadêmica” ou “burgo de estudantes”, de que falam alguns visitantes do século passado. O pastor metodista Daniel Kidder, por exemplo, visitando a capital paulista na época da Regência, considerou-a a Heidelberg brasileira, tal a importância de sua Academia de Direito, nova na época, de apenas dez anos. Com a sua fundação, São Paulo como que retornou à sua primitiva função escolar, que lhe foi dada pelos padres jesuítas, naquele remoto janeiro de 1554. De cidade fechada, voltada para si mesma, durante todo o longo período colonial, como resultante de seu próprio isolamento no Planalto, veio a tornar-se São Paulo, depois da instalação da Academia de Direito, uma cidade procurada por jovens procedentes de todos os recantos do Brasil.

Ainda há poucos anos, um dos grandes especialistas norte-americanos em História do Brasil, o professor Richard Morse, em belo estudo sobre a evolução da cidade de São Paulo, sentiu o espírito da Academia, ao afirmar que sua influência social foi tão grande quanto a cultural: “A presença física de centenas de jovens do sexo masculino teve repercussões mais imediatas na vida da cidade do que as doutrinas professadas pelos seus mestres. A produção literária e política dos estudantes atingiu proporções surpreendentes. A ruidosa e irregular vida de república provocou um rompimento do austero código do sobrado e da família. Os estudantes introduziram novas modas no vestuário. A caçada, a natação, os *flirts*, as bebidas, as orgias e o hábito de se reunirem para discussão e divertimento levaram a vida para as ruas, ao ar livre, criaram a necessidade de tavernas e livrarias, e inauguraram o sentimento de comunidade”.

Os que conhecem a tradicional escola do Largo de São Francisco, em São Paulo, sabem que o centro acadêmico que congrega seus estudantes, tem o nome de **11 de Agosto**. Ainda em São Paulo, ao lado do Palácio da Justiça, há uma pequenina rua, de apenas uma quadra, que ostenta em suas placas a histórica data. Rua que outrora foi bem mais importante, mas que com as obras de urbanização das praças da Sé e Clóvis Beviláqua, quase desapareceu. Reduziu-se a uma simples quadra, para não desaparecer de todo.

Quando ainda bastante jovem, apenas adolescente, fui residir na importante cidade mineira de Juiz de Fora, ali encontrei curiosa tradição: o dia 11 de agosto comemorado como o “dia do estudante”. No entanto, àquela época, nem Faculdade de Direito a cidade possuía. Mas o dia 11 de agosto era o “dia do estudante”, tomada esta palavra no sentido mais amplo, pois era comemorada por todos os que estudavam, desde o grupo escolar até as poucas escolas superiores que a cidade então possuía. Nem sabia, àquela altura, o que significava a data então comemorada simplesmente como o “dia do estudante”.

Quando vim para São Paulo, alguns anos mais tarde, percebi que o 11 de agosto era uma data apenas da Faculdade de Direito, comemorada com a clássica “pendura”, mas dela os outros estudantes não participavam. Era privativa do “Território Livre do Largo de São Francisco”... Gostaria de saber a origem (escapou-me de indagar na devida ocasião) das comemorações de Juiz de Fora, que, sem ter Faculdade de Direito (naquela época), comemorava de maneira tão geral, como o “dia do estudante”, uma data tão particular.

2. O 11 de agosto campineiro

O segundo 11 de agosto desta minha evocação — já o lembrei — é campineiro, data das mais importantes da história local. A recordá-la existe na cidade uma rua bastante conhecida, centro de importante comércio atacadista no seu trecho inicial, e em sua parte final servindo a um dos mais importantes hospitais da cidade, a cuja frente abre-se bela praça ajardinada, com o busto de Camões, patrono dela. Campinas é das poucas cidades do Brasil a homenagear, com busto ou estátua, o grande poeta da língua. Mas o que importa no momento não é o Camões mas o 11 de agosto. A data nada tem a ver com a outra, evocadora da criação dos cursos jurídicos no Brasil e, por isto mesmo, data nacional. O nosso 11 de agosto lembra a inauguração da estrada de ferro em Campinas, com a chegada do primeiro trem, em 1872.

Com a abertura da linha férrea de Jundiaí a Campinas estava inaugurado o primeiro trecho de um vasto sistema de comunicações que se acabou estendendo praticamente a todo o Estado de São Paulo. A **Paulista**, tal como as demais ferrovias de São Paulo (com exceção da Noroeste e de umas poucas pequenas estradas de características particulares) nasceu vinculada ao café. Uma vez que a companhia inglesa que construía a ligação do litoral ao planalto não se interessou pelo prolongamento de suas linhas além de Jundiaí, pois privilégio de quase um século assegurou-lhe o monopólio no funil São Paulo/Santos, de maneira que qualquer estrada que se construísse no interior acabaria sua tributária — e isto lhe bastava ! — coube a fazendeiros, capitalistas e homens públicos de São Paulo levar os trilhos para as áreas que vinham sendo cobertas pela “onda verde” dos cafezais. A **Paulista** foi a primeira. Em 1868 era presidente da Província de São Paulo Saldanha Marinho, pernambucano de nascimento. Foi dele a idéia de estender a ferrovia de Jundiaí a Campinas, por ser esta cidade a “capital agrícola” da província. Convocou as pessoas com quem julgou podia contar, estimulou-as ao empreendimento, veio pessoalmente a Campinas tratar do assunto com fazendeiros da região, abriu-lhes as vistas para o futuro promissor da província, e o resultado foi a

fundação de nossa mais importante ferrovia, lamentavelmente diluída hoje na vala comum de uma organização estatal que só soube estragá-la.

O jornalista e poeta campineiro Francisco Quirino dos Santos (o "Doutor Quirino", evocado numa das nossas principais ruas) deixou uma bela página retratando os acontecimentos de 11 de agosto de 1872:

"Contavam-se três horas e meia, quando um estremecimento estranho veio eletrizar em todos os sentidos aquela reunião enorme; ouviu-se, longínquo, um rugido estridente e os ecos repercutiam pelas nossas mais belas campinas o férreo galopar do misterioso hipogrifo. O que se passou nesse instante foi uma coisa que não se diz: sonha-se ou vê-se.

Girândolas, foguetes, baterias, aclamações, músicas, tudo isso se ergueu num ímpeto tão sublime como a própria alma do povo, a perder-se numa vertigem de alegria indefinida. Espetáculo maravilhoso! Entusiasmo assim não se prepara: nasce de si mesmo, como a lava no seio dos vulções para esbrasear a face das montanhas e derramar o calor e o brilho pela atmosfera incendiada. Como que vinham chamas aí pelo ar; os aplausos, os vivas, os sons vários casavam-se num hino profundo que era mais que uma desmedida expansão do prazer a tumultuar por todos os semblantes: era a apoteose majestosa do gênio do homem identificado com os símbolos das grandes invenções modernas.

Duas locomotivas galhardamente enfeitadas com toques, fitas, laços e bandeiras, abriam caminho, puxando dezenove vagões em que vinham os dois grandes vultos do dia — Saldanha Marinho e Falcão Filho, o iniciador e o executor do pensamento concebido na Companhia Paulista, e vinham mais o resto da diretoria e inúmeros acionistas e convidados, entre os quais o presidente da província, o chefe de política etc. Parado o trem, Saldanha Marinho e Falcão Filho foram recebidos pela nossa Câmara Municipal, autoridades locais e a multidão inteira que não cessava de os vitoriar".

Falaram, ao ato, vários oradores, entre os quais Campos Sales e o próprio Doutor Quirino, e seguiram-se as festividades de praxe: ofício religioso na matriz da Conceição (a atual Catedral), luminárias nos edifícios públicos e particulares e um suntuoso baile no Teatro São Carlos, cujo recinto, segundo o cronista, "deslumbrava de flores, de luzes e de custosas toilettes".

Vejam os leitores, pela notícia do jornal, que os grandes homenageados foram os fundadores da **Paulista**; ninguém ligou para o presidente da Província, cujo nome nem é mencionado e foi simplesmente incluído no "resto dos visitantes"... Com a preocupação bajulatória de hoje, como seria diferente essa notícia se o fato ocorresse em nossos dias!

Saldanha Marinho compareceu como fundador da **Paulista**, pois já não mais exercia o governo da província, ocupado, na ocasião, pelo Conselheiro Francisco Xavier Pinto Lima, que poucos meses permaneceria na presidência, substituído em fins daquele mesmo ano de 1872 por João Teodoro Xavier de Matos.

As ferrovias marcaram de tal maneira a paisagem humana, social e econômica de nosso Estado, que as datas da chegada do trem constituem sempre marcos importantes na história das cidades paulistas. Já tratei do assunto, demoradamente, em meu livro **Café e Ferrovias**. Recordarei aqui, apenas, que Campinas não esqueceu o grande acontecimento. Não só a data de 11 de agosto figura numa das nossas ruas, mas, também, outras vias públicas ostentam os nomes de Saldanha Marinho e de Falcão Filho, os dois grandes homenageados nas festas de 1872. Outros nomes vinculados a Campinas aparecem nas reuniões preliminares da fundação da **Paulista** e igualmente se encontram na nomenclatura de nossas ruas: os Barões de Cascalho, de Atibaia e de Itatiba (Ferreira Penteado); o Visconde de Indaiatuba, os irmãos Souza Aranha (um dos quais, Joaquim Egídio, veio a ser o Marquês de Três Rios e também presidente da província) e Antônio Pompeu de Camargo. Doutro lado, duas ruas, uma na Ponte Preta e outra na Vila Nova, lembram dois dos maiores nomes da história da **Paulista**, embora não vinculados diretamente a Campinas: o Engenheiro Monlevade e o Conselheiro Antônio Prado.

Eis o sentido e o significado do 11 de agosto campineiro. Julguei de justiça evocá-lo, ao mesmo tempo que ao outro, de projeção nacional, de alta relevância na história cultural e política do Brasil. Um e outro são eventos que não podem nem devem ser esquecidos. Lembrá-los aos de hoje é o mínimo que se pode fazer quando se tem a possibilidade de comunicação pela imprensa.

*

PODE SER NEUTRA A CIÊNCIA ?

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

UNESP – Franca

Interessante estudo apresentado à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e reproduzido da Revista **Ciência e Cultura**, de Ruben Descartes de Garcia Paula, abordando a civilização tecnológica vigente, tentando demonstrar que o “homem não deve ser ou tornar-se um escravo da ciência e da tecnologia” (p. 3).

Ao considerar a ciência como neutra, analisa o poder do homem em manipulá-la, tanto como meio, quanto como fim, tanto para o “ser”, quanto para o “ter”, crendo haver no mundo contemporâneo um total desencontro entre o “homo-technicus” e o “homo-sociabilis”, já que a ciência não está visando apenas o bem-estar e a felicidade do homem.

Sendo o A. um adepto da filosofia comtista, concorda com o mestre positivista ao afirmar (p. 10) que o homem moderno continua em profunda defasagem entre o progresso atingido pelas ciências técnicas e a tecnologia dela resultante, e, as ciências humanas, enfatizando que, apesar de todo esse desenvolvimento, as ciências do homem estão sendo descuradas o que, no seu entender, tem provocado os desajustes sócio-econômico-culturais, ou seja: o choque entre a super e a infra-estrutura.

Nesta mesma linha de pensamento é que nos chama a atenção para a antecedência do Positivismo, com relação ao Marxismo, no inter-relacionamento entre super e infra-estrutura, mostrando a amplitude da proposta positivista (onde os fenômenos sociais e morais estão subordinados às condições materiais e econômicas), e a inoperância do homem moderno que, apesar das condições científico-técnicas, não está operacionalizando nem a doutrina de Comte, nem a de Marx.

Isto o levaria, de igual modo, a criticar a sociedade de consumo, pelo fato de não abranger a todos os segmentos da sociedade, mas sim, a um diminuto contingente humano desta mesma sociedade, e, em sendo a meta de todo o desenvolvimento o homem, a ciência não deveria estar voltada para si mesma, mas, viva em uma perspectiva histórica e filosófica, para que o Humanismo, que é a carência do mundo contemporâneo, deixasse de ser apenas uma idéia e se tornasse uma verdade, estando, realmente, neste momento a serviço do homem.

ESCOLAS, ENTIDADES CULTURAIS E IMPRENSA
NO RIO DE JANEIRO EM 1884

(Capítulos 25, 26 e 27 de **Rio-de-Janeiro: Quelques données sur la capitale et sur l'administration du Brésil**. Paris, Bibliothèque des Deux-Mondes/Rio de Janeiro, Livraria Internacional, 1886. Deuxième édition, págs. 240 a 266).

Émile Allain

Tanto o ensino primário como o secundário constituem, no Rio de Janeiro, uma dependência do Ministério do Império, a cargo dum Inspetor Geral secundado por um conselho diretor composto de vários membros.

Havia, em 15 de fevereiro de 1884, no Município, 94 escolas primárias públicas, metade para cada sexo, e das quais 68 na cidade propriamente dita e 36 nos subúrbios.¹

O ensino primário ministrado pelo governo é inteiramente gratuito, bem como o fornecimento de livros e cadernos, o mesmo ocorrendo em diversas províncias.²

Para a inspeção escolar, o Município Neutro³ foi dividido em 31 distritos correspondentes às **freguesias**, cada um confiado a um delegado incumbido de inspecionar as escolas públicas e visitar os estabelecimentos particulares, organizar a estatística escolar etc. Não sendo esta função remunerada, nem sempre o serviço é bem-feito e é quase sempre deficiente.

A instrução primária particular é ministrada em estabelecimentos que, na maioria, possuem também curso secundário. O número destes estabelecimentos era, na mesma ocasião, de 185, dos quais 27 subvencionados pelo Estado. Desse total, 77 destinavam-se ao sexo masculino, 55 ao feminino e 55 eram mistos. Frequentavam-nos, em 1883,

(1) O Ato Adicional de 1834 descentralizou o ensino primário, incumbindo a cada província legislar a esse respeito e prover às necessidades das escolas de sua jurisdição (*Revue de France et du Brésil*, de 31 de agosto de 1884).

(2) Um regulamento datado de 1854 tornou a instrução primária obrigatória no município do Rio de Janeiro, sob pena de prisão em casos de infração. Mas, como tantos outros regulamentos, também este jamais foi cumprido.

(3) Por este nome passou a ser designado, após o Ato Adicional de 1834, o Rio de Janeiro e seu termo, exatamente o que veio a constituir o **Distrito Federal** com a proclamação da República (N. do T.)

10.064 alunos, dos quais 6.710 do sexo masculino e 3.354 do feminino. A frequência média era de 7,375.⁴ A municipalidade incumbia-se também de algumas escolas e o próprio Imperador mantinha duas, uma na Quinta de São Cristóvão e outra na Fazenda Imperial de Santa Cruz.

O Estado possui apenas um estabelecimento de ensino secundário, o **Colégio Pedro II**, dividido em internato e externato, e cujo programa compreende, além do estudo do latim, do grego e do português, mais quatro línguas vivas (francês, inglês, italiano e alemão) e as ciências físicas e naturais. Os professores são escolhidos por concurso e devem ser brasileiros natos. A duração do curso é de sete anos, findos os quais e após o exame final, os poucos alunos que completam o curso recebem o grau de **Bacharel em Letras**, o que lhes dá direito de ingresso nas escolas superiores. Em 1884, 608 alunos freqüentavam o Pedro II.

Todos os demais estabelecimentos de ensino secundário são particulares. Seus programas são menos extensos, pois não compreendem o grego, o italiano e o alemão nem as ciências físicas e naturais. Em geral, não exigem do corpo docente nenhuma prova de habilitação nem estão submetidos à inspeção oficial, consagrando-se exclusivamente a preparar alunos para os **exames preparatórios**. Assim se denominam exames parcelados, cujo conjunto permite a inscrição aos cursos superiores. São em número de onze, implicando as seguintes matérias: latim, português, francês, inglês, história, geografia, retórica, filosofia, aritmética, geometria e álgebra. Todavia, o máximo de exames preparatórios requerido não vai além de dez, porque a álgebra não é exigida para o curso de Direito nem a retórica para o de Medicina.⁵ Estes exames se realizam com pouco rigor *perante bancas nomeadas anualmente, mas de excessiva indulgência para com os candidatos*. E o mesmo ocorre com os outros tipos de exames ou concursos.⁶

Se a situação tanto de ensino público como do particular está longe de satisfatória, deve-se louvar irrestritamente os esforços de diversas associações que mantêm cursos gratuitos, geralmente noturnos, e sem distinção de nacionalidade. As mais importantes destas entidades são:

(4) **Relatório apresentado ao Ministério do Império em 15 de fevereiro de 1884 pelo Dr. A. H. de Souza Bandeira Filho, Inspector Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte**. Estas cifras talvez estejam abaixo da realidade, considerando-se que não há nenhuma estatística escolar correta. Conseqüentemente, é impossível estabelecer a proporção dos iletrados.

(5) O número dos **preparatórios** deverá brevemente ser aumentado.

(6) As inconveniências deste sistema, imitado, parece-nos, de Portugal, saltam aos olhos. A mais grave é que dificulta a organização de cursos graduados, onde as diversas matérias do currículo sejam estudadas até à conclusão do curso. E ainda avilta a dignidade dos professores, dos quais se solicita bem menos capacidade docente do que habilidade para receber o maior número de alunos em sua especialidade. Não se deve atribuir a responsabilidade desta lastimável situação apenas aos inspetores gerais e, menos ainda, a um funcionário distinto como o Dr. Emídio Vitério da Costa, que dirige atualmente o serviço, mas ao próprio sistema, aos costumes e à indulgência do governo.

O **Imperial Liceu de Artes e Offícios**, mantido pela Sociedade Propagadora das Belas Artes, fundada a 24 de novembro de 1856 por Francisco Joaquim Bittencourt da Silva. Desde 1878 funciona num antigo edifício público na Rua da Guarda Velha e recebe subvenção do Estado. Trata-se de magnífica instituição franqueada a ambos os sexos, sem qualquer distinção de nacionalidade. Em 1884 frequentaram-na 1.641 alunos do sexo masculino e 552 do feminino, havendo para estes uma ala reservada no edifício. As matérias ministradas (no referido período letivo) foram: português, francês, inglês, alemão, aritmética, álgebra, geometria (plana, no espaço e descritiva), geografia, física, química mineral e orgânica, economia política, anatomia humana aplicada, caligrafia, música, escrituração mercantil, desenho (elementar, ornamental, figurativo, geométrico, de máquinas, de arquitetura e escultura). Os professores, em número de 87, e de diversas nacionalidades, não recebem nenhum pagamento pelas suas aulas.

Liceu Literário Português, de instrução primária e secundária, fundado em 1868 por diversos elementos da colônia portuguesa e sediado, desde 11 de junho de 1884, em belo edifício próprio. Seu programa de estudos, além do ensino primário, compreende história, francês, inglês, alemão, italiano, matemática, ciências físicas e naturais, instrução moral, desenho e um curso de navegação. E é ainda dotado de pequeno observatório. Sua frequência, em abril de 1884, era de 1.023 alunos; de diversas nacionalidades, porém predominando brasileiros e portugueses.⁷

Associação Promotora de Instrução, com três escolas. Esta utilíssima entidade foi fundada a 19 de janeiro de 1874, sob os cuidados do Conselheiro Manuel Correia. Seus cursos são noturnos e eram frequentados, no início de 1884, por 1.022 alunos de ambos os sexos. A **Associação** contava, em seu quadro social, com 728 membros, dos quais 168 senhoras. Sua despesa com a instrução é bastante elevada, alcançando nos dez primeiros anos de existência cerca de 252 contos de réis (630.000 francos, ao câmbio de 400). Entretanto — e tal como os outros dois estabelecimentos anteriormente citados — a **Associação** recebe muitas doações em livros, mobília, material escolar etc., e seus professores nada recebem.⁸ Os prêmios distribuídos e alguns de grande valor — são oferecidos por particulares, tais como os do Liceu de Artes e Offícios e do Liceu Português.

Apenas de dois estabelecimentos de ensino superior dispõe a cidade: a Faculdade de Medicina e a Escola Politécnica. A primeira originou-se da Escola de Cirurgia fundada por D. João VI e transformada em Faculdade de Medicina em 1882. O ensino consta, tal como na

(7) O Liceo Litterario Portuguez. Rio, 1884.

(8) Actas das sessões da Assembleia Geral e da Directoria da Associação Promotora da Instrução. Rio, 1884.

Faculdade da Bahia, de um curso de ciências médicas, tendo como anexos, os cursos de farmácia, de obstetrícia e ginecologia e de odontologia. Vinte e quatro eram as cadeiras em 1884. O ensino clínico é ministrado nos hospitais da Santa Casa de Misericórdia e D. Pedro II. Para o ensino prático conta a escola com catorze laboratórios perfeitamente equipados, possuindo, ainda, uma biblioteca especializada com mais de 32.000 volumes e um museu anátomo-patológico com belas coleções de peças de cera, algumas admiravelmente modeladas, preparadas sob a direção do Dr. Ossian-Bonnet, médico francês contratado para este serviço.

A Faculdade de Medicina passou ultimamente por uma grande reforma, iniciada em 1881 e concluída em 1884. Esta reforma, levada a efeito sob a direção do Dr. Saboia, tornou-a, segundo opinião de um autor estrangeiro, "a primeira da América do Sul, émula ou mesmo rival das melhores da Europa"⁹. O número de alunos em 1884 elevou-se a 1.034, dos quais 172 para o curso de farmácia.¹⁰ As mulheres têm ingresso a todos os cursos. No fim do mesmo ano, 104 estudantes receberam o grau de doutor em medicina e 40 o diploma de farmacêutico. Os médicos e as parteiras portadores de diploma estrangeiro devem submeter-se a um exame em português ou em francês para poderem exercer a profissão no País.¹¹

A Escola Politécnica denominava-se inicialmente Escola Central, adquirindo em 1874 a denominação atual. A partir de então, foi reorganizada, passando por sucessivas e importantes reformas. Seus laboratórios são bem equipados e seu corpo docente conta alguns professores estrangeiros, notadamente franceses.¹² Frequentaram-na em 1884 208 alunos (55 matriculados e 153 livres) e apenas um aluno recebeu o grau de bacharel em ciências físicas e naturais e dois outros fizeram jus ao grau de bacharel em ciências físicas e matemáticas. Atribuiu, ainda, a Escola quatro diplomas de engenheiro-geógrafo e 33 de engenheiro civil¹³.

(9) Artigo do dr. E. A. Poney, preparador de Histologia em *Le Progrès médical*, de 8 de novembro de 1884. N. do T.: O Dr. Saboia, aqui mencionado (Dr. Vicente Cândido Figueira Saboia, Visconde de Saboia) foi uma das grandes figuras do ensino médico no Brasil, tendo dirigido a Faculdade de 1881 a 1889. Viajou pela Europa a fim de estudar o que por lá se fazia nesse setor, tendo sido o responsável pela reforma que leva o seu nome e pela reestruturação das duas faculdades médicas brasileiras, segundo informa Lycurgo de Castro Santos Filho (*Pequena História da Medicina Brasileira*, p. 90. São Paulo, 1966).

(10) Na Faculdade da Bahia, neste mesmo ano de 1884, a matrícula foi de 537 estudantes.

(11) A Faculdade do Rio de Janeiro já tem diplomado excelentes médicos e hábeis cirurgiões.

(12) Entre estes, é justo citar o nome do Dr. Louis Couty (falecido em 1884) cujo saber honrava o nome da França e que tão assinalados serviços prestou ao Brasil (Ver seu livro *Le Brésil en 1884*). N. do T.: Sobre Louis Couty ver o que escreveu o Visconde de Taunay em *Estrangeiros ilustres e prestimosos no Brasil*, págs. 42 a 60. São Paulo, Melhoramentos, 1932.

(13) Por cortesia, costuma-se no Brasil atribuir o título de **doutor** mesmo àqueles que a ele não façam jus, isto é, àqueles que não sejam senão **bacharéis** (equivalente ao nosso licenciado), como os diplomados pela Escola Politécnica e pelas duas Faculdades de Direito existentes no Brasil (São Paulo e Pernambuco). O título de **doutor** é muito ambicionado e dele se faz verdadeiro abuso, porque se acredita indispensável para os altos cargos da administração.

As escolas especiais mantidas pelo governo (fora as escolas militares, de exército e marinha) são em número de quatro: Academia de Belas-Artes, Conservatório de Música, Instituto de Meninos Cegos e Instituto de Surdos-Mudos.

A **Academia de Belas-Artes** data da época de D. João VI e seus primeiros professores foram artistas franceses. Foi freqüentada, em 1884, por 56 alunos. Suas exposições não têm data fixa, mas a última delas foi inaugurada a 23 de agosto de 1884, com 75 expositores, na maioria brasileiros, que apresentaram trezentos trabalhos. Embora o gosto pelas artes não seja muito generalizado no Brasil, o país já tem produzido alguns pintores e escultores de talento.¹⁴

O **Conservatório de Música** foi freqüentado (durante o mesmo ano de 1884) por 99 alunos, dos quais 71 do sexo feminino. Os brasileiros têm muita aptidão para a música: o Rio de Janeiro possui excelentes artistas do piano e do violino e o país diversos compositores de valor.¹⁵

O **Instituto dos Cegos** data de 1854 e contava, em 1884, 60 alunos de ambos os sexos, que ali recebiam instrução teórica e prática. Já o **Instituto de Surdos-Mudos** é bem mais recente (1877) e compreendia, no início de 1885, 28 alunos. Além da instrução literária, o Instituto ministra ensino profissional numa escola agrícola e nas oficinas de sapataria e de encadernação, que lhe são anexas. O ensino de linguagem articulada (método oral) foi introduzido em 1883 pelo Dr. Menezes Vieira.

A **Biblioteca Nacional** do Rio de Janeiro teve como núcleo inicial a velha **Biblioteca Real da Ajuda**, de Lisboa, e foi franqueada ao público em 1811. Quando do reconhecimento da Independência do Brasil, ela foi comprada ao governo português. Funcionou à Rua do Carmo até 1858, quando foi transferida para o edifício atual, em frente ao Passeio Público. Compreende cerca de 200.000 obras e é sobretudo rica em obras de teologia, direito, história antiga (portuguesa e espanhola) e em clássicos. Possui grande número de incunábulo (livros publicados antes de 1526), mais de 30.000 gravuras e numerosos manuscritos relativos à história do Brasil.

Entre suas raridades, são dignas de menção:

A Bíblia latina em pergaminho de Furst e Schaeffer, de Mayença, impressa em 1469; a Bíblia judaica ou Bíblia de 1553; a Bíblia poliglota de Ximenes, impressa entre 1514 e 1517; a primeira edição de **Os Lusíadas**, de Camões, de 1579; o manuscrito de uma Bíblia latina do ano

(14) Os que mais se destacaram, dentre os primeiros, são Vítor Meireles e Pedro Américo, professores da Escola. E, dentre os escultores, merece menção Bernardelli. O governo e o próprio monarca concedem bolsas aos jovens de vocação artística para que complementem seus estudos na Europa.

(15) O mais célebre é Carlos Gomes, autor do **Guarani**, **Fosca** e diversas outras óperas de valor.

As escolas especiais mantidas pelo governo (fora as escolas militares, de exército e marinha) são em número de quatro: Academia de Belas-Artes, Conservatório de Música, Instituto de Meninos Cegos e Instituto de Surdos-Mudos.

A **Academia de Belas-Artes** data da época de D. João VI e seus primeiros professores foram artistas franceses. Foi freqüentada, em 1884, por 56 alunos. Suas exposições não têm data fixa, mas a última delas foi inaugurada a 23 de agosto de 1884, com 75 expositores, na maioria brasileiros, que apresentaram trezentos trabalhos. Embora o gosto pelas artes não seja muito generalizado no Brasil, o país já tem produzido alguns pintores e escultores de talento.¹⁴

O **Conservatório de Música** foi freqüentado (durante o mesmo ano de 1884) por 99 alunos, dos quais 71 do sexo feminino. Os brasileiros têm muita aptidão para a música: o Rio de Janeiro possui excelentes artistas do piano e do violino e o país diversos compositores de valor.¹⁵

O **Instituto dos Cegos** data de 1854 e contava, em 1884, 60 alunos de ambos os sexos, que ali recebiam instrução teórica e prática. Já o **Instituto de Surdos-Mudos** é bem mais recente (1877) e compreendia, no início de 1885, 28 alunos. Além da instrução literária, o Instituto ministra ensino profissional numa escola agrícola e nas oficinas de sapataria e de encadernação, que lhe são anexas. O ensino de linguagem articulada (método oral) foi introduzido em 1883 pelo Dr. Menezes Vieira.

A **Biblioteca Nacional** do Rio de Janeiro teve como núcleo inicial a velha **Biblioteca Real da Ajuda**, de Lisboa, e foi franqueada ao público em 1811. Quando do reconhecimento da Independência do Brasil, ela foi comprada ao governo português. Funcionou à Rua do Carmo até 1858, quando foi transferida para o edifício atual, em frente ao Passeio Público. Compreende cerca de 200.000 obras e é sobretudo rica em obras de teologia, direito, história antiga (portuguesa e espanhola) e em clássicos. Possui grande número de incunábulo (livros publicados antes de 1526), mais de 30.000 gravuras e numerosos manuscritos relativos à história do Brasil.

Entre suas raridades, são dignas de menção:

A Bíblia latina em pergaminho de Furst e Schaeffer, de Mayença, impressa em 1469; a Bíblia judaica ou Bíblia de 1553; a Bíblia poliglota de Ximenes, impressa entre 1514 e 1517; a primeira edição de **Os Lusíadas**, de Camões, de 1579; o manuscrito de uma Bíblia latina do ano

(14) Os que mais se destacaram, dentre os primeiros, são Vítor Meireles e Pedro Américo, professores da Escola. E, dentre os escultores, merece menção Bernardelli. O governo e o próprio monarca concedem bolsas aos jovens de vocação artística para que complementem seus estudos na Europa.

(15) O mais célebre é Carlos Gomes, autor do **Guarani**, **Fosca** e diversas outras óperas de valor.

de 1300, escrita em pergaminho com caracteres microscópicos; uma coleção de cartas de Anchieta, Nóbrega e outros jesuítas que participaram das primeiras levas de missionários enviados ao Brasil e endereçadas ao superior da Ordem, em Lisboa.

A seção de gravuras é particularmente rica, compreendendo grande número de desenhos originais de grandes mestres e mais de 30.000 gravuras, entre as quais as coleções, dizem que únicas no gênero, de Barbosa Machado e a denominada **Araujana**, do Conde da Barca, em 195 volumes in-fólio, que se compõem do **Grand Théâtre de l'Univers** e das **Antiquités romaines**.¹⁶

Os serviços da Biblioteca, até então deficientes, foram reorganizados em 1876. Desde esse ano, a Biblioteca publica os **Anais**, muito interessantes e dedicados, em boa parte, à reimpressão de obras extremamente raras, como a gramática da língua "kiriri", do Padre Mariani, bem como à publicação de trabalhos originais valiosos, que a indiferença do público não teria permitido fossem publicados de outra forma, e ainda catálogos especiais bastante úteis.¹⁷ Seu diretor promoveu, a 10 de junho de 1880, uma exposição camoniana comemorativa do terceiro centenário do poeta, exibindo valiosas edições de livros de Camões, bem como obras que tratam de sua vida e produção.

Mas o mais valioso serviço prestado pela Biblioteca Nacional à ciência e à cultura foi a **Exposição de História do Brasil**, inaugurada a 2 de dezembro de 1881, cujo catálogo, publicado na mesma ocasião nos **Anais**, compreende mais de 19.000 títulos. Este catálogo, que, além de História do Brasil propriamente dita, abrange obras de história natural, lingüística, estatística referente ao Império, numismática etc., é tanto mais precioso quando se considera que o catálogo completo da Biblioteca até hoje não foi publicado.¹⁸

A Biblioteca Nacional está aberta diariamente, exceto no período de férias que, aliás, é curto, durando de 15 de dezembro a 15 de janeiro, e exceto também na Semana Santa. Esta bela instituição honra a capital do Brasil. Sua frequência média foi, em 1884, de 37 leitores por dia. A partir de 1º de junho de 1885 foi a Biblioteca dotada de iluminação elétrica.

A maior parte das obras consultadas é em português ou em francês. Vêm, em seguida, mas em proporção incomparavelmente menor, as obras em inglês, alemão, espanhol, italiano e línguas mortas.

(16) Estes informes foram extraídos do **Guia do Viajante no Rio de Janeiro**, de autoria de um erudito funcionário da Biblioteca Nacional.

(17) O texto aqui mencionado não se encontra nos **Anais da Biblioteca Nacional**. Deve ter havido algum engano do autor, quer quanto ao texto em si, quer quanto à publicação em que teria sido inserido. (N. do T.)

(18) Tanto a exposição, como a publicação dos **Anais** são devidos a Ramiz Galvão. **N. do T.:** O **Catálogo da Exposição de História do Brasil**, mencionado pelo autor, foi publicado nos **Anais da Biblioteca Nacional**, vol. IX, tendo sido, há pouco (1981) reeditado fac-similarmente pela Editora da Universidade de Brasília, com prefácio de José Honório Rodrigues.

Nas bibliotecas especializadas da Faculdade de Medicina e da Escola Politécnica, os livros consultados são, na maior parte, em francês ou traduções estrangeiras para a língua francesa.¹⁹

Outras bibliotecas públicas são as da Câmara Municipal, da Marinha, do Exército, da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica, da Escola Militar, do Museu Nacional e da Academia de Belas-Artes.

Entre as particulares, figuram em primeira plana a **Biblioteca Fluminense** e a do **Gabinete Português de Leitura**. Aquela, fundada em 1847, é a segunda em importância; pertence a uma sociedade particular mas a entrada é permitida ao público; dispunha, em 1884, de 40.000 volumes. Quanto à do Gabinete Português de Leitura, foi fundada em 1837 por uma sociedade portuguesa, mas que admite sócios de qualquer nacionalidade. É sobretudo rica de obras em português e francês. Por uma recente decisão, ela vai ser franqueada a qualquer profissional liberal, mesmo fora de seu quadro social. Todas estas bibliotecas dispõem de catálogos impressos.

A cidade possui, também, dois arquivos franqueados ao público: o **Arquivo Público do Império** e o **Arquivo Militar**.

O **Observatório Nacional**, atualmente de primeira qualidade, data de 1845 e foi fundado no antigo Colégio dos Jesuítas, no Morro do Castelo. Mas sua importância não data senão de 1871, quando um sábio francês, Emmanuel Liais, assumiu sua direção, confiada no momento a outro ilustre astrônomo, Louis Cruls.²⁰ Encontra-se o observatório perfeitamente equipado e publica trabalhos valiosos. Seus **Anais** são redigidos em francês, e seu **Anuário**, em português.

O **Museu Nacional** foi fundado em 1818 com o nome de **Museu Real**. Insuficientemente dotado por muitos anos, foi reorganizado em 1876 e, hoje, é uma instituição que honra a Capital do Brasil. Valiosas

(19) O estudo da língua francesa é muito difundido no Brasil. Pode dizer-se mesmo que todos os brasileiros (de ambos os sexos) que receberam alguma instrução, compreendem-na e muitos a falam perfeitamente e até com grande pureza de expressão e pronúncia. Na maior parte, os livros adotados nas escolas superiores são escritos em nossa língua e, sem exagero, se pode afirmar que nossa literatura é mais conhecida que a própria literatura portuguesa. O inglês é muito menos familiar aos brasileiros, embora seja igualmente exigido nos estudos secundários. Muitos escritores brasileiros, notadamente médicos, têm publicado trabalhos em nossa língua e alguns já têm até tentado a poesia em francês. Ver, a respeito, o **Jornal do Comércio** e a **Gazeta de Notícias** de 23 de maio de 1885.

(20) O cientista belga Louis Cruls (1848-1908) vinculou seu nome a um dos mais importantes trabalhos de reconhecimento geográfico já levado a efeito em nosso País: a exploração do Planalto Central para a demarcação da área onde, nos termos da primeira Constituição da República (1891), deveria estabelecer-se a Capital do Brasil. O relatório que, então, apresentou ao presidente Floriano Peixoto, honra a ciência geográfica brasileira e, ainda hoje, se reveste de grande oportunidade. Foi publicado pela primeira vez em 1894 e reeditado em 1947 (Coleção "Brasileira", v. 258, da Companhia Editora Nacional) e em 1957 (Coleção "Documentos Brasileiros", v. 91, da Editora José Olympio). (N. do T.)

são as salas consagradas à etnografia das tribos indígenas. Divide-se o museu em três seções, cada uma tendo um diretor e um subdiretor que promovem, desde 1876, cursos públicos na sede do Museu.²¹ Os trabalhos realizados sob a administração do atual diretor, Dr. Ladislau Neto, foram consideráveis. Além dos laboratórios instalados e dos cursos científicos ministrados, deve-se mencionar, entre suas recentes realizações, a publicação de uma revista especializada, os **Arquivos do Museu Nacional**.²²

A cidade possui, ademais, um museu escolar criado em 1883 e mantido por uma associação presidida pelo Conde d'Eu.

A principal entidade cultural do Rio de Janeiro é o **Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Brasileiro**, fundado aos 18 de agosto de 1838 e presidido pelo Imperador a partir de 1849.²³ O Instituto publica trimestralmente uma revista, cujos artigos são de valor desigual.²⁴ Sua biblioteca possui um grande número de manuscritos que seria desejável pudessem ser publicados. No início de 1885, seu quadro social compunha-se de 234 membros, dos quais 112 estrangeiros.

Ultimamente, duas outras sociedades geográficas foram fundadas na cidade: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e a seção brasileira da Sociedade de Geografia de Lisboa.

O mais antigo periódico do Rio é o **Jornal do Comércio**, fundado em 1827 por um francês, Pierre Seignot Plancher. Muito importante sob o aspecto comercial e pela segurança de suas informações sobre a administração brasileira, pode ser considerado, quanto ao conteúdo, um dos jornais mais notáveis do mundo. As seções de anúncios e de **A Pedidos** são, nele, muito desenvolvidas.

A imprensa de boa aceitação, aquela destinada a exercer poderosa influência na opinião pública, é bastante recente. Foi iniciada a 2

(21) Um dos seus diretores, o Dr. Lacerda, descobriu, há alguns anos, um remédio contra a picada de serpentes, constante de injeções de permanganato de potassa. Desta maneira, este sábio salvou um número considerável de vidas, fazendo jus a que o governo lhe atribuisse recentemente um prêmio nacional. (N. do T.: Trata-se do Dr. João Batista Lacerda, nascido em 1846 e falecido em 1915, pioneiro da ciência experimental no Brasil e, de fato, o primeiro a estudar os venenos ofídicos. À época em que o autor escreveu, Lacerda não ainda o diretor do Museu, mas um dos seus assistentes; a direção, Lacerda só a assumiria em 1895, exercendo-a até o seu falecimento.)

(22) Ver: **Conférence faite au Muséum National, en présence de LL. MM. Impériales, le 4 novembre 1884, par le Dr. Ladisláu Netto, Directeur général du Muséum National de Rio-de-Janeiro.**

(23) O Instituto resultou, de fato, de uma proposta apresentada em 18 de agosto de 1838 à Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional por dois de seus diretores, o marechal Raimundo José da Cunha Matos e o cônego Januário da Cunha Barbosa. Todavia, foi só aos 21 de outubro do mesmo ano que a entidade se instalou e iniciou seu funcionamento regular, razão pela qual esta é a data considerada oficialmente de seu aniversário (N. do T.)

(24) Esta observação refere-se principalmente aos trabalhos sobre lingüística americana.

de maio de 1875 pela **Gazeta de Notícias**, de considerável êxito. Em 1879 apareceu a **Gazeta da Tarde**, especialmente dedicada à propaganda abolicionista, e em 1884 surgiu **O País**, renomado pela capacidade de seus diretores. Estes quatro jornais constituem, com a **Revista Ilustrada** e o periódico religioso **O Apóstolo** (aos quais evidentemente não se aplicam as considerações que seguem), os órgãos mais importantes da imprensa do Rio.

De crítica literária quase não cuida a imprensa brasileira. Os leitores se deixam guiar, em suas apreciações, bem menos pelo mérito das obras que pelas situações ou relações pessoais dos autores. Quanto aos folhetins, quase sempre são traduções de obras da subliteratura francesa.²⁵

Traço característico dos grandes jornais do Rio é a sua indiferença ou **neutralidade** (como dizem) em face dos dois grandes partidos em que se divide o Parlamento, os quais, na verdade, mesmo disputando encarniçadamente o poder, não se distinguem senão por fracas nuances.

As seções de reclames e de anúncios são muito importantes nos jornais brasileiros. Alguns deles são notáveis por sua originalidade. Assim, os avisos de mudança de nome, coisa comum no Brasil.²⁶

O que sobretudo distingue a imprensa brasileira e lhe dá um caráter particular, é a colaboração do público, por intermédio de uma seção especial habitualmente designada por **A Pedidos** e comum a todos os jornais, dos quais constitui a principal fonte de renda. Um qualquer pode, mediante preço estipulado, não somente expor suas idéias, mas ainda atacar violentamente seus adversários e inimigos. Vêem-se aí polêmicas travadas por homens renomados e das quais cada um sai diminuído em sua

(25) Aqui falamos apenas de maneira geral e se enganará quem aplicar estas observações, bem como outras que adiante faremos, a cada um dos jornais em particular. O autor que pretenda ser imparcial, impõe-se o dever de evitar qualquer sorte de individualismo. Assim, não há distinção entre os jornais do Rio, a não ser a que decorre de preferências individuais.

(26) Estes avisos começam geralmente assim: "Tendo chegado ao meu conhecimento que existe pessoa com o mesmo nome que o meu, venho comunicar ao público que doravante passarei a assinar... etc.". Em geral o novo nome nada tem com o antigo. É hábito muito frequente acrescentar-se ao nome de família um nome brasileiro de planta, animal ou tribo indígena, ou, às vezes, um nome ilustre da história portuguesa, como Albuquerque, Castro, Mascarenhas, Alcântara (nome dos príncipes do Brasil e de Portugal). É exata a afirmação que cada qual pode mudar de nome à vontade e não compreendemos como os magistrados encarregados dos atos civis fazem para reconhecê-los e identificá-los.

Nos nomes de batismo notam-se hábitos que nos parecem estranhos: muitos deles são extraídos da história grega ou romana ou de romances históricos: Ovídio, César, Pompeu, Cícero, Virgílio, Euclides, Atanagildo, Enrico, Hermógenes etc. O mesmo ocorre com os nomes femininos.

No Brasil, como em Portugal, é hábito chamar as pessoas pelo seu primeiro nome de batismo, o que resulta em grande dificuldade para os estrangeiros quando consultam uma lista alfabética ou uma bibliografia, encontrarem nomes de pessoas que conhecem bem, mas cujos prenomes ignoram. Este hábito, pouco racional, tende a desaparecer.

dignidade: médicos jactarem-se de suas habilidades em detrimento de seus colegas; professores de escolas superiores acusarem-se reciprocamente de ignorância; autores reproduzirem artigos elogiosos, frutos de camaradagem de seus confrades.

Isto ainda não é o pior resultado deste funesto abuso que os interessados chamam de **liberdade de imprensa**. Se ela se tornou a grande corruptora dos costumes é sobretudo devido às publicações anônimas.

A lei determina que todo artigo que não provenha da redação seja assinado; mas, a administração dos jornais tem contornado facilmente este dispositivo graças à indústria dos **testas-de-ferro**, nome com que se designam as pessoas que têm por ofício assumir a responsabilidade de artigos difamatórios que poderiam provocar da parte dos ofendidos perseguições e até condenação a alguns meses de prisão. O número dos que exercem esta triste profissão, no Rio de Janeiro, é muito grande e a própria administração dos jornais se incumbem de arranjá-los mediante preço estipulado. Tais artigos aparecem comumente assinados por um pseudônimo; o original ou autógrafo, com a assinatura do autor ou, no mais das vezes, do testa-de-ferro, permanece em mãos do diretor do jornal para o caso de ser apresentada pela vítima alguma queixa à autoridade judiciária. Quase sempre a vítima, em presença de um nome desconhecido ou, ao contrário, bastante conhecido para não ser menosprezado, renuncia às queixas dispendiosas e que nunca atingem os verdadeiros culpados.

Nessas publicações anônimas a licença não conhece limites. Enquanto o gabinete que ocupa o poder procura defender seus atos com moderação, seus adversários não recuam ante qualquer violência e o próprio monarca não está livre de seus ataques. Soldados queixando-se de seus oficiais; oficiais superiores injuriando o Ministro da Guerra; criminosos insultando seus juizes ou tentando aliciar em seu favor o próprio júri. É aí que explodem os ódios e confluem as pequenas intrigas de aldeia.

Não há pessoa, por mais honrada que seja, cuja reputação não possa ser impunemente manchada pelas mais torpes calúnias de seus inimigos e a elas não escapa ninguém que pertença à política ou ao governo. O estrangeiro que pretender observar os costumes locais e que tome por base os jornais, fará uma triste idéa, quase sempre falsa, dos homens e das coisas do Brasil, e será com uma surpresa mista de pesar que, posto mais tarde em contato com personalidades cruelmente atacadas, ou mesmo conhecendo melhor os serviços administrativos de que fazia mau juízo, reconhecerá a injustiça das prevenções involuntárias que lhe surgiram em mente.

A interpretação da lei tem sido de tal modo forçada que não é raro que um artigo difamatório devidamente assinado seja atribuído à responsabilidade de um **testa-de-ferro**, isto é, que seu original traga a

assinatura deste último, tornado único responsável por esta estranha ficção.²⁷

Esta colaboração do público aos jornais, da maneira como ela é feita, constitui, como se vê, um dos piores abusos existentes no Brasil. É deplorável que os poderes públicos não ponham termo a essa situação por uma lei seriamente executada, que torne a direção dos jornais civilmente responsável por todos os artigos que receberem do público.

A parte editorial da imprensa, isto é, aquela que corre por responsabilidade da redação, em geral é redigida com moderação.

Vê-se também aparecer de tempos em tempos folhas cujo único objetivo é a exploração do escândalo, e nas quais, tanto nos editoriais como nos "a pedidos" são atacados e caluniados com extrema baixeza não só personalidades vítimas de covardes inimizades, mas o próprio monarca em sua vida particular.²⁸

A liberdade ou, melhor, a licença de imprensa é absoluta no Brasil. O governo, pelo menos de alguns anos para cá, tem tolerado os abusos mais gritantes. Mas ocorre que ele tem, também, não raro, permitido à vingança particular substituir a pública, fraqueza que se lamenta ainda exista num país civilizado.²⁹

A imprensa ilustrada conta, no Rio, com alguns órgãos, bem como a literária e a científica. Também as diversas colônias estrangeiras são igualmente representadas por jornais publicados nas respectivas línguas.³⁰

(Trad. de Odilon Nogueira de Matos.)

*

(27) Ver a coleção dos jornais de 27 de fevereiro e 2 de março de 1883.

(28) Ver, entre outros, a coleção do *Corsário*, de 1881 a 1883.

(29) O mais triste exemplo do resultado desta tolerância foi o assassinato do redator do *Corsário*, em pleno dia, no centro da cidade, a poucos passos da polícia, aonde ele ia pedir providências (28 de maio de 1883). Este crime ficou impune.

(30) O que escrevemos acima sobre os a pedidos não se aplica, de maneira geral, senão aos jornais políticos, excluindo-se, portanto, as publicações ilustradas, literárias, científicas, bem como os jornais estrangeiros. Estes, aliás, gozam da mesma liberdade e, às vezes, também aceitam a pedidos anônimos.

NOTAS À MARGEM DE "SAGA"

Edison Mueller

Em 1981 a conhecida Editora Abril, de São Paulo, iniciava a publicação, em 90 fascículos semanais, de importante obra denominada "SAGA – A Grande História do Brasil", cuja conclusão ocorreu em meados de 1983.

propôs-se aquela editora a contar a nossa história, de Cabral a Getúlio Vargas, em ordem cronológica, porém de maneira nova: em vez de um único texto corrido, ela foi apresentada em capítulos e estes desdobrados em inúmeros temas tratados individualmente em páginas duplas. Outra inovação: cada capítulo corresponde a determinado período histórico e é identificado pela cor de fundo, que se repete nos títulos dos seus temas.

As páginas duplas de SAGA são unidades autônomas, com título próprio, que trazem amplas informações sobre determinado tema: além do texto há mapas, gravuras da época e, em quadros, genealogias, gráficos estatísticos, depoimentos coevos dos fatos históricos e cronologias. Há também, a enriquecer a narrativa, páginas duplas especiais apresentando viagens históricas, biografias de personagens importantes, retratos do cotidiano de cada período, hábitos e costumes de grupos sociais.

Depois de encadernados, os fascículos de SAGA formaram 7 volumes. Nos volumes 1º e 2º narra-se todo o período colonial brasileiro: do descobrimento até a vinda da família real lusitana. Os volumes 3º e 4º são dedicados ao período imperial: da chegada de D. João VI ao Brasil em 1808 até os prenúncios da República. Os volumes 5º e 6º contam a história da nossa fase republicana: da proclamação da República em 1889 ao fim do Estado Novo, em 1945. Cada período da nossa história foi elaborado para SAGA, vale acrescentar, sob a supervisão direta de um historiador brasileiro de renome: Fernando Antônio Novais (Colônia), Arnaldo Daraya Contier (Império) e José Jobson de Andrade Arruda (República).

As duas capas finais de cada fascículo semanal forneceram as folhas do 7º volume de SAGA, que abriga, além de pequenas biografias de vultos da nossa história e um glossário, interessante cronologia comparada (páginas 6 a 129). Do ano 1094 (quando foi instituído o Condado Portucalense, origem de Portugal) até 1980, os fatos mais significativos da nossa história desfilam ao lado dos acontecimentos importantes da história

mundial, traçando um paralelo ano a ano que permite ao leitor entender melhor e de maneira mais clara o significado de acontecimentos simultâneos e as influências recíprocas entre as nações.

Na condição de velho cultor dos estudos históricos, dediquei-me com entusiasmo à aquisição dos fascículos de SAGA, principalmente pela abundância da documentação iconográfica ali reunida. Nenhuma outra publicação sobre História do Brasil é, de fato, tão ricamente ilustrada.

Não passarão despercebidas, todavia, aos idôneos estudiosos da nossa história, determinadas falhas graves de que essa importante obra infelizmente está eivada. Cometidos indubitavelmente por redatores distraídos, bisonhos ou pouco qualificados, há nas páginas de "SAGA" vários desacertos tolos, que assim acabaram escapando ao controle da trindade de grandes especialistas incumbida da edição dessa nova História do Brasil.

Eis, a simples título ilustrativo, algumas dessas falhas, para orientação dos dedicados estudiosos do nosso passado e também do leitor que porventura possuidor seja da "SAGA — A Grande História do Brasil".

GUERRA DOS FARRAPOS — À página 166 do 3º volume de SAGA aparece a fotografia de objeto identificado simplesmente como "Bandeira farroupilha" (sic). Mas, percebe-se instantaneamente, essa legenda está incorreta porque a gravura não reproduz a conhecidíssima bandeira tricolor da República Rio-grandense, hoje adotada oficialmente pelo Estado do Rio Grande do Sul. O que a fotografia de SAGA mostra é, na verdade, a parte central de famoso lenço de seda surgido na fase final da histórica rebelião, tendo sido pela primeira vez exibido em público a 3 de dezembro de 1843, em Piratini.

Esse lenço de seda, comemorativo da revolução, fora mandado estampar nos Estados Unidos por iniciativa do major Bernardo Pires, como declarou ele em passagem dos seus próprios "Apontamentos Importantes"¹. O lenço tem no centro a insígnia da República Rio-grandense (mais tarde igualmente adotada pelo Estado do Rio Grande do Sul como símbolo oficial), encimada pela figura da deusa Fama e tendo, à sua volta, entre outras figuras (nau, bandeiras farrapas etc.), a indicação das principais vitórias republicanas, com os nomes locais e as respectivas datas dos combates. Estampadas nas suas margens há uma fita tricolor (verde, vermelho e amarelo), que contém a seguinte quadrinha tradicional, cada verso colocado em um dos quatro lados do lenço: "Nos ângulos do continente, / O pavilhão tricolor / Se divisa sustentado / Por liberdade e valor".

(1) apud BERNARDI (Mansueto), "A Guerra dos Farrapos"; Porto Alegre, coedição Escola Superior de Teologia e Sulina, 1981; página 36.

Várias outras informações curiosas a respeito desse lenço farrapo foram reunidas por Apolinário Porto Alegre em seu livro "Cancioneiro da Revolução de 1835"².

Há, por conseguinte, boa documentação e de consulta acessível à correta identificação do citado lenço de seda e da respectiva fotografia dele. É difícil explicar, por isso, o engano perpetrado com tamanha facilidade pelos redatores de SAGA. Aliás, o erro chega a ser imperdoável, considerando que noutra importante obra publicada antes, em 1972, também pela Editora Abril, a identificação da mesma fotografia fora feita corretamente, ou melhor, como sendo de um lenço farroupilha. Veja-se, a esse respeito, a "Enciclopédia Abril", vol. 5º (EST-GEO), página 1804.

Na mesma página dupla que "SAGA" dedicou à Guerra dos Farrapos encontram-se outros desacertos. Dentre eles, aqui vale indicar ainda a declaração de que "a República Rio-grandense foi proclamada no dia 16 de novembro de 1836, na vila de Piratini" (sic). Nem o fato e nem a data estão corretos: a 6 (e não 16) de novembro de 1836, em Piratini, era instalada (e não proclamada) a República Rio-grandense, com a eleição de Bento Gonçalves da Silva como seu Presidente e a nomeação do respectivo ministério.³ Quanto à proclamação de independência do Rio Grande do Sul, sob a forma republicana, ela foi realizada, como se sabe, pelo coronel Antônio de Sousa Neto no dia subsequente ao combate do Seival, ou seja, a 11 de setembro de 1836 (e não em 16 de novembro) — no Campo dos Meneses e não na vila de Piratini.⁴

EFEMÉRIDES INCORRETAS — À página 164 do volume 7º de "SAGA" é indicado como **1863** o ano de nascimento de **Lauro Müller**, ilustre político e ministro de estado brasileiro na República Velha. Ali repete-se, portanto, sem maior exame, a mesma data informada erroneamente por algumas enciclopédias brasileiras (Delta-Larousse e Mirador, por exemplo).

Há mais de quarenta anos, no entanto, graças ao trabalho de distintos pesquisadores, ficou provado, de forma bastante e irrefutável, que Lauro Müller nasceu de fato em **1864**, ou mais exatamente a 8 de março de 1864. Esta data, extraída dos assentamentos militares do estadista catarinense, foi a indicada na biografia, publicada em 1942, escrita pelo almirante Henrique Boiteux⁵. Outro notável polígrafo brasileiro, o Prof.

(2) PORTO ALEGRE (Apolinário), "Cancioneiro da Revolução de 1835"; Porto Alegre, ed. ERUS, 1981; páginas 70 — 71 e 131. (A primeira edição dessa obra foi publicada em 1935, pela Livraria do Globo.)

(3) SPALDING (Walter), "A Revolução Farroupilha", 2ª edição; São Paulo, Cia Editora Nacional (col. "Brasílica", vol. 158), 1980; página 124. (A primeira edição foi publicada em 1939.)

(4) SPALDING (Walter), op. cit., páginas 118 — 119.

(5) BOITEUX (Henrique), "Santa Catarina no Exército"; Rio de Janeiro, ed. Biblioteca Militar, 1942; volume II, página 281.

Henrique Fontes, após cuidadosa verificação nos registros de batismo da cidade de Itajaí do século passado, demonstrou com segurança o mesmo fato⁶. Por conseguinte, está oficialmente registrado e provado documentadamente que o nascimento de Lauro Müller não ocorreu em 1863, como indicado por "SAGA", mas em 1864.

Erradas estão igualmente as circunstâncias e a data (1849) de fundação indicadas na mesma obra (vol. 7^o, página 71), quanto à cidade de Joinville, em Santa Catarina. Não parece haver sido utilizada ou sequer consultada, por conseguinte, embora goze de justíssima fama, a excelente monografia histórica sobre o citado município catarinense elaborada por respeitado historiador, Carlos Ficker⁷, na qual poderiam ter sido encontradas com facilidade informações fidedignas acerca das origens de Joinville.

Incorreta apresenta-se também a data indicada por "SAGA" em legenda de fotografia publicada à página 91 do volume 6^o. Declara-se ali que "Getúlio Vargas mandou incinerar as bandeiras estaduais, em cerimônia realizada, a 4 de dezembro de 1937, na Esplanada do Russel, no Rio de Janeiro" (sic).

A queima das bandeiras estaduais, fato histórico realmente ocorrido em 1937, foi parte de espetacular cerimônia cívica, uma Festa da Bandeira, realizada em pleno Estado Novo na capital da República. Ela não ocorreu, todavia, como informou SAGA, no dia 4 de dezembro daquele ano. Marcada inicialmente para o dia 19 de novembro, essa Festa da Bandeira só pôde ser realizada todavia dia 27 de novembro de 1937, transferida que foi devido ao mau tempo reinante no dia inicialmente marcado. Aliás, a data correta daquela famosa cerimônia cívica poderia ter sido obtida com grande facilidade pelos redatores de SAGA: bastava-lhes uma simples consulta aos nossos principais órgãos de imprensa, pois jornais e revistas publicaram à época extensas reportagens a respeito daquela Festa da Bandeira.

HINO NACIONAL DO BRASIL — Gravíssimos erros também existem em SAGA a respeito da autoria da letra e da melodia do Hino Nacional brasileiro. À página 35 do volume 5^o encontra-se breve história da adoção desse hino, texto que, por conter inexatidões, foi posteriormente emendado através de folha avulsa de "Errata" ao citado volume. Afirmava-se inicialmente ali que, em janeiro de 1890, à vista da manifestada preferência popular por velho hino surgido nos tempos do Império,

"foi lavrado o decreto que ratificou a composição de Francisco Manuel da Silva, com a letra de Medeiros e Albuquerque como

(6) FONTES (Henrique), "Lauro Müller e o centenário do seu nascimento", artigo no jornal "O Estado" de Florianópolis, ed. 8-3-1963, página 1.

(7) FICKER (Carlos), "História de Joinville — Subsídios para a Crônica da Colônia Dona Francisca"; Joinville, coed. Fundação Tupy — Impressora Ipiranga, 2^a edição, 1965.

o hino nacional brasileiro; quanto à **música** de Miguez, foi oficializada como ‘Hino à Proclamação da República’” (sic).

Através da mencionada errata, o trecho ora transcrito foi alterado para a forma seguinte:

“ratificou a composição de Francisco Manuel da Silva como o Hino Nacional brasileiro; quanto à **composição** de Miguez, **com música de Medeiros e Albuquerque**, foi oficializada como ‘Hino à Proclamação da República’” (sic).

A leitura atenta desses dois trechos de SAGA logo revela que, lamentavelmente, “a emenda foi pior do que o soneto”, porque o redator da errata nada mais fez do que permutar um erro por um disparate.

Na primeira versão do trecho sob análise, o erro consistia na atribuição ao polígrafo pernambucano Medeiros e Albuquerque (1867 – 1934) da **letra** do Hino Nacional brasileiro, cujo autor é, na realidade, o escritor fluminense Joaquim Osório Duque Estrada (1870 – 1927).

A errata de SAGA, como se vê, limitou-se, sem ultteriores informações, a livrar Medeiros e Albuquerque da condição ilegítima de autor da letra do nosso Hino Nacional. Todavia, o autor da errata ousadamente foi muito além e, sem reflexão, acrescentou à emenda dois dispartes. Em primeiro lugar, retirou do maestro Leopoldo Miguez a autoria da **música** do hino republicano vencedor do concurso instituído pelo Governo Provisório, embora esta lhe houvesse sido atribuída corretamente no texto primitivo de SAGA. Depois, em erro sucessivo e simultâneo, indicou ao literato pernambucano, antes citado, como verdadeiro autor da **música** do mencionado “Hino à Proclamação da República” ! Dessa maneira, por artes de um redator distraído ou mal informado, o escritor Medeiros e Albuquerque, que havia sido corretamente identificado antes por SAGA como autor do poema republicano, foi transformado em compositor musical !

É evidente que o trecho de “SAGA” sob análise deveria estar redigido da seguinte maneira:

“foi lavrado o decreto (nº 171, de 20 de janeiro de 1890) que ratificou a composição musical de Francisco Manuel da Silva como Hino Nacional brasileiro, que apenas em 1922 (Decr. nº 15.671, de 6 de setembro) receberia letra oficial, de autoria de Joaquim Osório Duque Estrada. Quanto à música do maestro Leopoldo Miguez, foi oficializada, pelo mesmo decreto nº 171, como “Hino à Proclamação da República”, tendo por letra o citado poema de Medeiros e Albuquerque.”

Limitar-me-ei a assinalar, neste artigo, os desacertos até aqui comentados e corrigidos.

Espera-se com fervor que, em futura edição de "SAGA — A Grande História do Brasil", pois essa obra notável merece tê-la, os erros existentes sejam corrigidos de maneira adequada — para a maior segurança informativa e a boa instrução de seus incontáveis consulentes.

*

LEMBRANDO CASTELLO BRANCO

Francisco Iglésias

O brasilianista Foster Dulles continua sua atividade de historiador: depois de um livro sobre Getúlio Vargas e outro sobre anarquistas e comunistas no Brasil, oferece agora um estudo do governo de Castello Branco (**Castello Branco, o Presidente Reformador**, Ed. da Universidade de Brasília, 1983). Pelo alentado volume — mais de 500 páginas —, como pela natureza da obra, destina-se a público restrito. O autor apresenta-se aqui como em suas outras produções: pesquisador incansável, lê quanto sabe existir sobre os assuntos, não recuando ante dificuldades; dedicando-se longos meses à investigação, faz entrevistas sem conta, anota tudo, lê os jornais e os documentos privados. É pesquisador correto. Expõe com clareza, mas a estrutura de seus livros é convencional, como se vê no presente, em que faz a reconstituição do governo de 1964 a 67, da posse à transmissão do cargo. Há pouca interpretação, o estilo é eminentemente narrativo. Falta-lhe o brilho para captar grandes linhas ou traçar quadros, pouco pretendendo além da narração linear.

Não é desprezível seu esforço, contudo, pois o investigador não recusa trabalho. Se o dedicado a Vargas é um tanto frouxo, a quantidade de elementos no estudo de anarquistas e comunistas compensa a insuficiência da compreensão ou os preconceitos que lhe toldam entendimento mais seguro. Dá, assim, contribuição valiosa à bibliografia. O mesmo se pode dizer do atual. Foster Dulles firma o conceito de brasilianista operoso: capacidade de trabalho, preparo para a pesquisa, recursos de tempo e material, penetração correta, mas quase sempre insuficiente. Não se compromete demais, como alguns de seus companheiros, por não ser audacioso, guardando-se nos limites da exposição. Também não é autor privilegiado, como raros de seus colegas, com a força de análises brilhantes e sínteses felizes. Melhor não citar nomes, pois escapa ao propósito do arquivo o balanço da historiografia brasileira feita nos Estados Unidos.

Entre as notas positivas desse esforço, que já produziu dezenas de livros e teses, está a preferência por temas contemporâneos. A princípio essa característica era vantajosa, pois os historiadores brasileiros, seguindo preconceito tradicional, só pensavam na análise de épocas recuadas, como se o presente não fosse objeto de estudo. Estrangeiros e outros cientistas sociais, cultivando a história contemporânea, ante alguns êxitos passaram a ser imitados por brasileiros. Houve excesso na nova tônica e hoje pode já

ser denunciado o mal oposto: cultivo só do presente e esquecimento ou abandono de outras fases, como se não tivessem nenhum interesse. Afinal, a pesquisa do presente pode ser mais fácil, pois não requer largas incursões, conhecimento de técnicas especiais de elaboração e até apuro para ler e interpretar textos antigos. A história do presente é sedutora, mas pode implicar o risco da superficialidade, da reportagem meramente jornalística, como se vê em muito da historiografia de agora.

No presente livro aparecem algumas das virtudes da produção de obras sobre período recente. Há abundância de fontes, públicas e privadas. O autor pôde consultar anotações e cartas de seu biografado; conversou com dezenas de pessoas que o conheceram ou trabalharam com ele; ouviu-os em uma ou mais entrevistas. Procurando aliados e adversários, teve várias versões de episódios decisivos, de modo a poder retratá-los com fidelidade. É visível no estudioso a simpatia pelo seu tema: Dulles admira Castello Branco. Procura ser isento na apresentação da pessoa e dos episódios em que se envolve. Consegue-o em parte, pois não há passagem laudatória ou tendenciosa com vista ao engrandecimento. Dada a natureza do período, não é fácil guardar reserva. Para um brasileiro é mesmo bastante difícil, pois a ação é recente e tem ainda desdobramento. Não se vá dizer, contudo, ser possível ao estrangeiro, se este pode ser também comprometido afetivamente e até por interesse. O autor viveu algum tempo no Brasil e tinha negócios de vulto, podendo sofrer os desvios de qualquer um, com a agravante de captação apenas parcial do visto. Deve ser difícil para um estrangeiro, por mais que saiba a língua portuguesa e tenha a vivência de anos no País, captar um processo político tão sinuoso como o nosso, no qual nem sempre há lógica e coerência. Se o Brasil desconcerta os brasileiros, mais ainda deve desconcertar os estrangeiros.

A arquitetura da obra é convencional. Segue a cronologia, dividindo os anos em períodos dominados por uma preocupação mais viva. A começar do primeiro capítulo, no qual mostra como um homem desconhecido, até então militar de carreira comum, é de súbito guindado à posição de relevo em golpe de Estado contra a ordem constituída. O momento era difícil: dois governos marcantes e populistas — o segundo período Vargas e a era Kubitschek —, seguidos pela frustração popular, com a renúncia de Jânio Quadros e o exercício frouxo de João Goulart. Não foi contra o que havia de pior nesse governo o movimento de 64, mas contra o seu lado reformista. Mais uma vez o sentido conservador ou reacionário falou mais alto.

É interessante lembrar o período de Castello Branco, do qual fomos espectadores recentes. Muito de quanto acontecera já estava esquecido. É curioso, por exemplo, rememorar como se estabeleceu a eleição indireta e quais seus propósitos casuísticos; como se cuidou de um colégio eleitoral para ganhar disputas, sabidamente perdidas para governo

logo impopular. Por certo, no início, o movimento de março/abril teve cobertura popular: os militares, a direita, os descontentes de sempre, como também amplos segmentos da população, apreensiva com os rumos de um esquerdismo verbal, inoperante de fato. O esquema do radicalismo era sem base e ruiu de todo. Goulart não tinha apoio militar nem sindical, só não lhe faltou o dos estudantes, exatamente o mais frágil. Vitoriosa a derrubada, o governo, à frente do qual foi colocado o general Castello Branco, viu-se comprometido por interesses menores do novo grupo. Ficou evidenciado que a subversão era mais fantasia, de pouca ou nula realidade. As ambições pelo poder se ataçaram, entre civis e militares. Estes não querem mais perdê-lo e aos poucos afastam os rivais. O instrumento de cassação, arbitrário, injusto, retira da vida pública muito do que o País tem de mais notável.

Fizera-se a chamada revolução contra a subversão e a corrupção. Desarticula-se um sistema institucional, aos poucos substituído por outro que garanta a sobrevivência dos detentores. O movimento militar contribuiu para desnacionalizar a economia, através de política econômico-financeira de submissão ao capital externo. Não fosse o seu agente e executante o conhecido diplomata Roberto de Oliveira Campos, gestor do Planejamento e ministro todo-poderoso. Prega-se a grande empresa, o conglomerado econômico; as fusões de grupos e unidades tornam-se moda. Ora, em regime de arbítrio, castrado o Legislativo, sem vigilância, torna-se crescente a corrupção. O aparelho facilitou-a, e seguem-se os escândalos então preparados e contínuos ao longo das presidências militares. A corrupção anterior é nada diante da atual. A revolução muito destruiu e nada criou.

Hoje, vinte anos depois, assiste-se a quadro desolador de falência econômica, financeira, política, ética. Os elementos antigos desapareceram, o policialismo impediu o surgimento de novos. O processo só gerou poucos nomes. Os mais famosos são de triste lembrança: basta citar duas criações máximas, Paulo Maluf e Mário Andreazza. Do descrédito total nada se salva: falta ao poder credibilidade interna e externa; nenhum segmento social o apóia — empresariado, Igreja, trabalhadores, classe média, intelectuais, estudantes, mesmo os militares (os mais lúcidos devem perceber o desgaste do grupo, pela incompetência revelada pelas sucessivas autoridades — plano inclinado em que cada qual é mais despreparado); o custo de vida mata as populações, aumenta a miséria, cresce o desemprego; a palavra oficial é mentira provocadora de riso ou raiva nas manifestações primárias ou nas interpretações que só conseguem agravantes; a inflação e a dívida externa colocam mal o País em face do mundo.

Essas e outras ponderações nos ocorrem com a leitura de **Castello Branco, o Presidente Reformador**. O sacrifício geral não conduziu

a. nada útil. Claro, Foster Dulles não o diz, restrito a seu tema, sem desejo de extrapolação para o presente (às vezes o faz, como à p. 308, mostrando a fuga à Constituição de 67, quando fala no ditatorialismo do Ato Institucional nº 5). A leitura, porém, reavivando a memória, força a reflexão e mostra o estado a que se chegou. O saldo melancólico e arrasador é acabrunhante para qualquer pessoa com o mínimo de sensibilidade. O mais rancoroso inimigo de 64 não poderia imaginar, quando do começo, o ponto de falência a que o movimento chegaria. Aqui, mais uma vez, a realidade foi superior à imaginação. Daí a degradingada geral e a perplexidade e desesperança ante a falta de perspectivas deste 1984 quando se cuida da sucessão. O Brasil perdeu o rumo e pode enterrar-se mais ainda, ante a cegueira e o oportunismo dos ocupantes do poder.

Foi dramático o governo de Castello Branco. Certo, procurou assegurar um mínimo de democracia e decência contra as pretensões dos radicais de direita, supostos donos do golpe e da situação. A linha dura esteve sempre descontente, desejosa de mais perseguição, cassações, um Estado sem nenhum resíduo de ordem liberal. A plenitude do fascismo. Queria mais repressão, tortura, banimento, morte, como chegou a realizar no terceiro período militar. O presidente Castello Branco teve de contornar situações difíceis. Perdeu a luta sucessória: decerto seu candidato era um civil, não um militar (menos ainda Costa e Silva, que se inventou e foi imposto pela linha dura). Cedeu várias vezes. Faltou-lhe mais força para enfrentar a onda direitista de certos chefes delirantes. Teve de fraquejar, pois veio na crista do movimento impopular. Foster Dulles apresenta-o como vítima do radicalismo fascista, que lhe teria tolhido melhor ação reformadora. Era fatal que cedesse, pois participara do golpe. Provavelmente suas intenções eram superiores, como acredita seu biógrafo. Não se pode julgar, contudo, o desejo de ser exato, quando a ação obriga ao arbítrio, ao qual chegou tantas vezes. Se Catello Branco, com boas intenções e mais preparo e lucidez que os sucessos, foi forçado a capitulações até desabonadoras, o que se dirá dos seguintes, menos dotados pessoalmente e de menos boa-fé e mais envolvidos em fórmulas cada vez mais temerárias ? Não será fácil escrever sobre esses períodos. Os autores que se dispuseram a tanto, com os propósitos justificativos de Foster Dulles, terão de desdobrar-se em dialética e artifícios. E dificilmente conseguirão algo equiparável ao deste volume, pois a causa vai sendo cada vez mais ingrata. Talvez tente mais a brasilianistas — norte-americanos ou outros — e menos a brasileiros. Quem viver verá.

A presente edição é bem cuidada e apresentada, como é comum na Editora da Universidade de Brasília. Pena seja mal distribuída, difícil encontrar os seus livros. A tradução de Heitor A. Herrera parece bem cuidada; há algumas passagens obscuras, mal escritas ou incorretas

(pp. 98, 140, entre outras, cochilos que não comprometem o texto no todo). Mais uma obra útil, característica da historiografia brasileira feita no estrangeiro, no que tem de virtude e de defeito. Nela, como se disse, a posição de Foster Dulles é a de média.

(De Cultura, supl. de "O Estado de S. Paulo", 18-3-1984.)

*

O ELEMENTO SÓCIO-POLÍTICO EM "INCIDENTE EM ANTARES"

Liliane dos Santos

Proposta

O determinante da abordagem sócio-política, nessa obra, é a preocupação de Érico Veríssimo com o ser humano como tal, com sua situação na sociedade, ou pretende o autor colocar uma posição político-partidária pessoal? É possível, por esta obra, concluir sobre a posição política do autor: direita, esquerda, comunista, socialista? Em que consiste, realmente, o engajamento do escritor?

O elemento político na vida de Érico Veríssimo

Érico Veríssimo nasceu e cresceu em Cruz Alta, cidade do interior do Rio Grande do Sul, em 1905.

O que se conhece, com certeza, sobre o autor, é sua aversão à violência, à opressão e o seu posicionamento antitotalitário.

Em 1935, assina, com outras pessoas, um manifesto antifacista, constituindo esse fato a primeira tomada de posição política do escritor. Essa manifestação, bem como a publicação do romance "Caminhos Cruzados", um livro de protesto social, fizeram com que o autor fosse chamado de comunista e fichado no DOPS.

Manifesta-se, muitas vezes, contra a censura e a ditadura; mas, como diz Daniel Frenot, ele não manifestou nenhum engajamento partidário.

Ideologicamente o autor assume uma posição. No prefácio de "Saga" diz:... **nós os socialistas democratas...** sempre antitotalitários...; só que não age na prática, não assume compromisso partidário. Fica claro, no entanto, em suas conferências e entrevistas, a sua preferência pela esquerda, no cenário político e a sua preocupação com os problemas da época em que viveu. Diz Érico Veríssimo ser contra o extremismo, tanto de direita quanto de esquerda, pois isso é totalitarismo; não é do centro, porque o centro é conformismo. É um liberal esquerdista.

Érico Veríssimo era contra o sistema soviético, mas também não aprovava o capitalismo, pois ambos apresentam defeitos que precisam um exame. Dizia odiar todas as formas de ditadura e que a causa da liberdade seria sempre a sua causa.

Antares e o Incidente

Antares é um nome fictício de uma cidade da fronteira do Rio Grande do Sul.

Nesse livro, dividido em duas partes, mesclam-se o real e o irreal. Na primeira parte, o autor conta a história de Antares e de seus habitantes; retrata o cenário onde vai ocorrer o incidente de 13 de dezembro de 1963.

Érico Veríssimo começa esse livro falando da Pré-História; depois salta um milhão de anos no tempo e situa a narrativa em 1831, nas origens da cidade de Antares que só recebeu esse nome em 1853.

Todo o período de 1831 a 1963 é descrito pelo autor que destaca as oligarquias de Vacarianos e Campolargos como elementos principais na narrativa, mas coloca a História como pano de fundo e até como mola propulsora das ações. A rivalidade entre os dois clãs é muito forte mas, quando algo de fora se opõe a eles, unem-se e vão enfrentar o inimigo comum. O básico, então, é a manutenção do poder.

Na segunda parte do livro, Érico Veríssimo narra o incidente de 1963 que é o ponto mais importante da narrativa, além de suas consequências.

O incidente consiste na volta para a cidade de sete mortos insepultos, devido à greve dos coveiros. Os mortos voltam para exigir um sepultamento conveniente; como não são atendidos, instalam-se no coreto da praça e, perante centenas de pessoas, revelam todos os atos criticáveis dos principais elementos do lugar.

A invasão dos mortos provoca a invasão de ratos e urubus, causando problemas à saúde pública e pânico.

Depois de ficarem um dia apodrecendo no coreto, os mortos reconsideram e voltam ao cemitério. Os operários obtêm os aumentos reivindicados e promovem o sepultamento dos mortos.

A cidade volta ao normal e seus próceres empenham-se na luta para fazer os antarenses esquecerem o fúnebre acontecimento e, principalmente, todas as verdades, nada agradáveis, ditas sobre eles em público.

Os anos se passam e tudo volta ao normal: opressão, injustiça, invasão de multinacionais, exploração dos menos favorecidos, etc...

Os personagens

O primeiro personagem de destaque é a própria cidade de Antares. Em toda a primeira parte, ocupa-se o autor com a sua

caracterização. Antares pode ser identificada com qualquer cidade do interior do Brasil. Tem cerca de 15.000 habitantes e é um município agropastoril que recém começou sua industrialização. A cidade tem, a bem dizer, um caráter “binário” no aspecto social: há o lado burguês e o da classe pobre.

O elemento sócio-político de “Incidente em Antares” é apresentado sob um enfoque bilateral, como dois lados de uma mesma moeda: de um lado a opressão, o totalitarismo, a violência, elementos que o autor condena; de outro lado, contrastando com a situação anterior, está a necessidade do humanismo, da liberdade e da justiça social.

A burguesia de Antares, o lado opressor, representado pelos seguintes personagens: o Cel. Tibério Vacariano, o prefeito Vivaldino Brazão, o delegado Pigarço, Dona Quitéria Campolargo, o promotor Mirabeau da Silva, o médico Lázaro Bertioga, o juiz Quintiliano do Vale, o professor Libindo Olivares, o jornalista Lucas Faia.

São todos elementos conservadores que querem manter os seus privilégios; tudo que tende a modificar essa situação que lhes é favorável é combatido por eles ferrenhamente; tudo o que se lhes opõe é subversivo e esquerdista. Portanto, o que caracteriza esse grupo é o extremismo direitista, o reacionarismo.

O Cel. Tibério Vacariano é o protagonista do romance Latifundiário, exerce o poder sócio-político, porque tem o poder econômico. Contrabandeia, faz negócios ilícitos, ganha dinheiro no câmbio-negro. Representa a figura do macho, do grande senhor, a quem tudo é permitido.

Os demais elementos deste grupo também são corruptos, ambiciosos, coniventes com a violência, com a opressão.

Opondo-se ao grupo dos burgueses antarenses, há o grupo “simpático” ao escritor, o grupo dos humanistas socialistas. Esse grupo constitui-se de elementos que, via de regra, são perseguidos, porque são reformistas; tentam mudar o sistema e tornar as estruturas sociais mais justas. Os principais representantes desse grupo são: o professor Martin Francisco Terra, o padre Pedro Paulo e João Paz; também o sapateiro Barcelona, Rita Paz, Geminiano, Valentina.

Todos os elementos desse grupo são vítimas da opressão e desmandos do grupo detentor do poder, em que predomina a maldade e o vício. Claramente se percebe a disposição do autor em defender os elementos social e politicamente oprimidos de mostrar os defeitos e os atos condenáveis da burguesia, no episódio dos mortos na praça, em que estes põem a público todos os seus crimes.

O Fantástico na Obra

O elemento fantástico, sobrenatural, se faz presente nessa obra, ocupando, praticamente, toda a segunda parte. Consiste no fato de os mortos terem adquirido vida e voltado para a cidade, a fim de reivindicar um enterro condigno, que não haviam tido devido à greve geral dos operários. São os seguintes os mortos: o sapateiro Barcelona, o advogado da prefeitura, Dr. Cícero Branco, o músico Menandro Olinda, a prostituta Erotildes, o operário João Paz, o bêbado Pudim de Cachaça e Dona Quitéria Campolargo.

Os mortos denunciam, em público, todas as “patifarias” dos “grandes” de Antares, numa espécie de “Juízo Final”.

O autor usou o fantástico nessa obra, para poder criticar de forma mais livre o contundente. O aspecto fantástico justifica-se plenamente por este elemento crítico, por ser desencadeador do processo de desmascaramento e por colocar a visão humanista do autor.

O caráter simbólico de “Juízo Final”, assumido pelo incidente, serve para expressar a visão sócio-política do autor: condena definitivamente a violência, a opressão e o cerceamento à liberdade, como se fosse o fim e, portanto, essa condenação assume o caráter de condenação definitiva.

Temas e fatos principais

Os principais temas presentes na obra são:

- a) A corrupção política, social, econômica e sexual. O tema central pode ser a corrupção sócio-política da burguesia.
- b) A ambição.
- c) A prática de torturas policiais.
- d) A reivindicação da indústria nacional.
- e) A condenação dos regimes totalitários.
- f) Conflitos sociais e ideológicos: a greve, a favela, Igreja tradicional x Igreja moderna.

Os momentos culminantes da narrativa e mais importantes para a expressão da visão sócio-política do autor e, onde ressaltam os temas principais, são os seguintes:

- a) Na primeira parte: O momento em que os grandes homens de Antares criticam a pesquisa social feita pelo professor Terra e seus alunos sobre a cidade; a condenação dos regimes totalitários e a defesa do humanismo nas páginas 143 a 148.

- b) Na segunda parte: a greve, a cena, no coreto da praça, do desmascaramento dos burgueses antarenses (p. 300 – 82).

A Verdadeira Dimensão Sócio-Política da Obra

Érico Veríssimo revela a sociedade dentro de um realismo social; porém, a maioria de seus estudiosos reconhece estar o autor desvinculado de grupos políticos, descompromissado, apesar de engajado.

O autor, apesar de ser enquadrado no chamado “romance de 30”, não se integra, verdadeiramente, nas suas manifestações; infere-se portanto, que ele apenas constitui uma nova tendência dentro dessa segunda fase do Modernismo. Não se prende à colocação de posições políticas particulares e nem permanece no já tão explorado regionalismo gaúcho: preocupa-se fundamentalmente com o homem e seus problemas, enquanto individuais, mas, principalmente, vistos no aspecto social.

Em “Incidente em Antares”, o autor não apenas revela a engrenagem, mas discute e julga os seus mecanismos; projeta o indivíduo vivendo em grupo; opõe os grupos nas formas em que se apresentam na sociedade (uns, no poder, outros, “sob” o poder); dessa ação dos indivíduos na sociedade afloram os problemas que são discutidos nas entrelinhas ou de forma clara.

Viver com o necessário para uma existência normal é o que o ser humano quer; no entanto, a sua libertação da opressão é um objetivo precípuo.

Na oposição do indivíduo com a sociedade nasce a rebelião que se traduz na busca da liberdade. Essa oposição não é com a sociedade em si, como grupo, mas com a corrupção da estrutura social. A crítica social presente no livro se fundamenta nisso, nessa denúncia e discussão dos erros sociais. Logo, o escritor apresenta uma obra engajada, só que esse engajamento não se mostra como engajamento partidário, senão que apenas humano. O objetivo básico do autor é o homem.

O romance representa o “drama existencial”, é o “ideal da perfeita justiça”, é uma “análise individual e social”, “revela a atitude humanista”; “não é um romance político, nem um romance de tese”, mas é “um estupendo anseio de liberdade”.

Então, ao autor interessa precipuamente o homem que, nesse livro, discute os seus problemas numa sociedade injusta; como, na discussão desses problemas, aflora todo um meio corrompido, toda uma gama de necessidades básicas desse meio, dos seus habitantes, entre as quais a liberdade é colocada em primeiro plano; como isso acontece, tem-se o político da obra que outra coisa não é do que a própria discussão em cima da realidade apresentada.

Numa afirmação do professor Terra, personagem do romance, tem-se uma clara posição do autor: **sou o que muitos chamam de liberal esquerdista**. pág. 146.

Nesse livro, essa posição é defendida em oposição ao revolucionário radical mas, principalmente, ao reacionário. Mas não se manifesta um engajamento em termos partidários, senão apenas que um engajamento com a causa dos sofrendores, seja em que regime for. A liberdade, eis o supremo anseio dessa obra.

BIBLIOGRAFIA

- CÉSAR, Guilhermino, O espelho de Antares. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 04-12-1971, Caderno de Sábado, p. 3.
- CHAGAS, Wilson. Fragmento sobre "Incidente em Antares". In **A inteira voz, seguida de existência e criação**. Porto Alegre, Grafosul, 1976, p. 136 - 8.
- CHAVES, Flávio Loureiro. **Érico Veríssimo: Realismo e Sociedade**. Porto Alegre, Globo, 1976, 186 p.
- FRESNOT, Daniel. **O pensamento político de Érico Veríssimo**. Rio de Janeiro, Edições da Graal Ltda. 98 p.
- FURLAN, Oswaldo Antonio. A expressão estética da visão sócio-político em "Incidentes em Antares", **Vozes**. Rio de Janeiro, 70(10):5 - 20, 1976.
- GUERRA, José Augusto. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 11-3-1973. Suplemento Literário.
- HECKER, Paulo. **O Estado de São Paulo**. 27-01-1974. Suplemento Literário.
- PEREZ, Mario Arias. Vacarianos e Campolargos. **Correio do Povo**. Porto Alegre, 20-11-1971, Caderno de Sábado, p. 7.
- ROCKE, Jean. "Incidente em Antares". **Correio do Povo**. Porto Alegre, 19-02-1972, Caderno de Sábado, p. 3.
- TODOROV, Tzvetan. **Introdução à literatura fantástica**. São Paulo, Perspectiva, 1975.
- VERÍSSIMO, Érico. **Incidente em Antares**. 13. ed. Porto Alegre, Globo, 1975, 485p.

(Transcr. de **Signo**, revista do CEPELL (Centro de Estudos e Pesquisas Lingüísticas e Literárias, das Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul, RS, nº 13, outubro de 1982.)

VIVALDO COARACY, MEMORIALISTA E HOMEM DE IMPRENSA

Ernani Silva Bruno

O jornalista e escritor, Vivaldo Coaracy, nascido no Rio de Janeiro a 25 de novembro de 1882 ligou-se a São Paulo por sua atuação como engenheiro chefe de empresas de eletricidade no interior do Estado, sua atividade em jornais paulistanos e sua participação no movimento constitucionalista de 1932.

Com perdão pelo velho clichê, pode-se dizer que ele carregava no sangue a vocação de homem de imprensa. Sua mãe — a norte-americana Corina Lawe de Vivaldi — fora uma das mulheres pioneiras no jornalismo brasileiro, enfrentando as imagináveis prevenções e preconceitos da época. Também jornalista fora o pai, Visconti Coaracy, de quem, “por direito de herança” — como escreveu — adotou um de seus pseudônimos, V. Cy.

Sua carreira de jornalista, iniciada nos primeiros anos do século em sua cidade natal — em um jornal dirigido nada menos que por José do Patrocínio — prosseguiria nas décadas seguintes na imprensa de Porto Alegre e seria retomada (depois de alguns anos de afastamento) quando ingressou em 1926 na redação de “O Estado de São Paulo”, além de figurar mais tarde entre os cronistas da “Folha da Manhã”.

A partir de 1945, quando se abrigou em definitivo na Ilha de Paquetá, teve por certo maior disponibilidade de tempo para elaborar seus admiráveis ensaios históricos, **O Rio de Janeiro no século XVII, Memória da Cidade do Rio de Janeiro e Paquetá — imagens de ontem e de hoje**. Seus méritos, no gênero, podem ser sintetizados na frase que sobre ele escreveu Raquel de Queiroz: “Não são muito abundantes, no panorama intelectual brasileiro, os homens da categoria de Vivaldo Coaracy, que juntam às graças do talento espontâneo as riquezas eruditas do **scholar**”.

Em sua mocidade havia tentado a literatura de ficção, publicando dois romances que tiveram escassa notoriedade, **A Rampa e Frida Meyer**, este último destacando-se no entanto por ter abordado pela primeira vez na ficção a presença germânica no Rio Grande do Sul.

Mas, a despeito do irrecusável valor de seus estudos históricos, eu me atreveria a dizer que as modalidades literárias em que sobressaiu com maior relevo foram a crônica (**Zacarias, Couves da minha horta, Pôr-de-sol na Ilha, Catavento**) e a memorialística, gênero em que se revelou sem dúvida um dos grandes mestres no Brasil, com seus livros

Todos contam sua vida, Encontros com a vida e A Sala da Capela.

Particularmente notáveis são as evocações de sua infância na Rua do Resende, no Rio de Janeiro e na Praia de Icaraí, em Niterói, onde aprendeu com os pais a cultivar a devoção por plantas e bichos, que o acompanharia por toda a existência, até quando se refugiou, para curtir a velhice, no ambiente poético da Ilha de Paqueta.

De outra parte, vários capítulos das memórias de Coaracy representam testemunho bastante interessante e valioso para quem pretenda conhecer ou reconstituir a história da imprensa brasileira. Sobre as três épocas em que ele trabalhou, respectivamente, na imprensa do Rio de Janeiro, de Porto Alegre e de São Paulo, suas observações se referem, não apenas à ideologia ou à postura política dos jornais em que desenvolveu suas atividades e aos perfis de seus principais redatores, mas aos recursos gráficos e de impressão de que dispunham esses órgãos de imprensa e aos esquemas de trabalho das redações e revisões, esmiuçando todos os detalhes da vida jornalística em nosso país, ao longo de várias décadas.

As memórias e as crônicas de Vivaído Coaracy revelam o homem tímido e sóbrio que ele foi, procurando sempre diminuir os próprios méritos de jornalista e escritor. Escreveria suas memórias sob uma espécie de constrangimento: “Minha vida foi despida de aventuras e riscos; não conheci situações excepcionais; não me excedi da bitola comum. Foi uma existência igual a qualquer outra”. Poderia responder-se hoje, a Coaracy, que tanto melhor. Porque sua experiência terá sido mais abrangente, no sentido de representar melhor a vivência coletiva de seu tempo.

Mas a verdade é que ele foi uma figura de primeira categoria. Como jornalista, cronista, pesquisador de história e memorialista.

"SUA MAJESTADE, O PRESIDENTE"

Austregésilo de Athayde

A Editora da Universidade de Brasília, em sua coleção **Temas Brasileiros**, acaba de publicar, meio século depois, em escorreita e fidedigna tradução de Leda Boechat Rodrigues, com uma lúcida apresentação de José Honório Rodrigues, o livro de Ernest Hambloch, **Sua Majestade o Presidente do Brasil**. Lembro-me muito bem da celeuma organizada por grupos nacionalistas e fascistas, quando apareceu esse estudo. Era do interesse político das facções antidemocráticas levantar a opinião pública mal informada, sobretudo estudantes facilmente inflamáveis, contra o inglês que aqui fora cônsul do seu país e, cessada a sua função, decidira permanecer no Brasil, país muito do seu agrado e a que prestou reais serviços no campo das atividades relacionadas com o intercâmbio comercial anglo-brasileiro. Foi um jornalista objetivo e sincero, em cujos artigos e depois neste livro revelou altas qualidades de sociólogo, colocando-se assim e com outra projeção de veracidade na linha dos viajantes estrangeiros que conviveram conosco e deram mais tarde em livros o depoimento desse convívio social, político e econômico.

No tempo do aparecimento de **His Majesty the President of Brazil** encontrávamo-nos no começo da ditadura do presidente Vargas, mas já em plena organização de nazistas, fascistas e integralistas, que apenas acompanhavam o grande movimento antidemocrático que dominava alguns países europeus. O autor teve que sofrer, como era inevitável, não apenas invectivas da parte da juventude facilmente mobilizável, como também do próprio Governo, que via em sua crítica de caráter histórico e sociológico a intenção de colocá-lo mal no conceito do mundo civilizado. Hambloch teve assim que pagar a conta da sua lealdade de jornalista e escritor a fatos que longamente observara e de que dera uma interpretação genuína em seu livro, hoje peça indispensável na estante dos estudiosos da evolução política do Brasil.

A análise crítica de **His Majesty the President of Brazil**, que não é um panfleto político ocasional de cunho ideológico ou manifestação de antipatia e má vontade, não se comporta para um completo entendimento nas curtas linhas deste comentário. Com o passar do tempo e o próprio desenvolvimento do País, no curso deste meio século, podemos apreender nele o sentido de profundidade e idealismo que o inspirou. Talvez a idéia de Hambloch fosse a de repetir em relação ao nosso País o estudo crítico de Alexis de Tocqueville ou de seu compatriota Lord Bryce a respeito dos Estados Unidos. Há muitas coincidências nas observações

dos três autores que bem justificam a suposição de que Hambloch se inspirou neles. A nossa organização ou desorganização política, o descompasso entre as leis e a prática, o caráter do povo brasileiro, as suas aspirações e justos títulos à grandeza de seu futuro são submetidos no livro a um exame rigorosamente científico, que em sua argumentação básica parte da experiência da democracia inglesa. O estabelecimento de um padrão preconcebido para os valores sociais e políticos da América Latina, sem a identificação dos povos com o meio e a história, representará talvez um ponto débil no livro de Ernest Hambloch.

(Do Diário Mercantil, Juiz de Fora,
8-5-1983.)

*

JACKSON DE FIGUEIREDO E A MONARQUIA

Teresa M. Malatian Roy
(Unesp, Franca)

É impossível falar em revitalização do Catolicismo na década de 1920-30 sem mencionar Jackson de Figueiredo, bem como sua atuação à frente da revista **A Ordem** e do Centro D. Vital.

Esse jornalista, que antes de converter-se ao Catolicismo adotou posição radical contra a Igreja, foi uma figura carismática e apologética empenhada na conversão dos intelectuais. Em 1921, com Hamilton Nogueira e José Vicente de Sousa, fundou a revista **A Ordem**, que pretendia combater toda e qualquer forma de rebelião. No ano seguinte, encontrava-se na direção do Centro D. Vital, destinado a promover a “recatolização” da sociedade brasileira.

Tanto **A Ordem** como o Centro D. Vital surgiram numa época de grande atividade intelectual e de efervescência política. Homem do seu tempo, Jackson identificou-se bastante com os problemas que o rodeavam, buscando inspiração em pensadores tradicionalistas como Joseph de Maistre, De Bonald, Laménais, Donoso Cortés, Louis Veuillot, bem como em Charles Maurras e outros ligados à Action Française. Seus escritos tiveram como temas dominantes, além do Catolicismo, a contra-revolução, a ordem, a autoridade, o nacionalismo e o moralismo.

Inspirado nesses autores, sentiu-se também inclinado à monarquia, que não chegou porém a propor publicamente, por acreditar-se obrigado a defender a “ordem”, isto é, o regime político vigente na época. Isso não impediu que em sua correspondência particular Jackson se mostrasse simpático à forma monárquica de governo. É o que se pode verificar em carta a Alceu Amoroso Lima:

“Daí, meu caro Alceu, eu ainda apelar para o absurdo: Monarquia cristã e, conseqüentemente, aniquilamento das arestas revolucionárias ou pagãs — cesarismo ou populachismo (...) Creio firmemente que acertaremos de novo, mais tarde ou mais cedo, com o nosso leito natural, ou melhor, com o traçado hierárquico que Deus nos indicou ao fundir o paganismo e o mundo bárbaro numa sociedade com fins espirituais tão bem definidos” (Rio de Janeiro, 22-7-1927).

Em outra carta a Alceu A. Lima, repetiu sua afirmação:

“Você sabe que sou o último dos monarquistas sinceros, tão sincero que só do milagre espero a volta da monarquia” (Rio de Janeiro, 13-1-1928).

Assumindo posição antiliberal, Jackson aproximou-se do Integralismo Lusitano de Antônio Sardinha, propondo uma “monarquia absoluta, inteiramente informada pelo espírito católico”. É o que relata Hamilton Nogueira na obra coletiva **In Memoriam**, editada em homenagem póstuma ao polemista prematuramente falecido.

Somente em documentos de caráter privado Jackson de Figueiredo declarou-se monarquista. Embora tivesse convicção a respeito da forma de governo que considerava mais adequada ao Brasil, permaneceu, nas declarações públicas, defensor do regime republicano.

* * *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Almanach Litterario de São Paulo, para os annos de 1876 a 1885. Edição fac-similar. São Paulo, Imprensa Oficial do Estado/Arquivo do Estado/Instituto Histórico e Geográfico, 1982. 8 vols.

Embora com atraso, não podemos deixar de registrar um dos mais significativos empreendimentos culturais já levados a efeito em São Paulo: a reedição fac-similar dos oito volumes do **Almanach Litterario de São Paulo**, dados à estampa entre 1876 e 1885. “Para a realização do tentâmen, uniram-se esforços e recursos, sempre sob a égipe governamental, de três tradicionais instituições de São Paulo: O Instituto Histórico e Geográfico, o Arquivo Público do Estado e a Imprensa Oficial do Estado”, informa José Pedro Leite Cordeiro, presidente da primeira das entidades citadas, em nota de “explicação” da série. E com justiça, salienta, ainda, as colaborações de João Falchi Trinca, de Délio Freire dos Santos e de May Brocking Negrão. Da importância, em seu aspecto cultural, desta reedição, diz Carlos Penteadó de Rezende, grande conhecedor das coisas do passado paulistano, em “nota prévia” que antecede o primeiro volume. Constituem estes almanaques fontes preciosas para o conhecimento da cidade de São Paulo, sobretudo nos seus aspectos sociais e cotidianos. “Trata-se de obra muito rara — diz Carlos Penteadó de Rezende — só conhecida por bibliófilos e estudiosos da velha São Paulo. As poucas coleções existentes se apresentam truncadas ou em mau estado. Foi preciso um esforço de pesquisa para localizar e reunir, em seqüência, oito volumes em condições de serem reimpressos. Valeu a boa vontade. Assuntos ignorados, personalidades olvidadas, informações de valor histórico permanente, peculiaridades locais desaparecidas — quanta coisa valiosa ficou registrada nos pequenos tomos desta coleção. Todo um período histórico, em pinceladas variadíssimas, reponta nestas páginas impregnadas de veracidade e autenticidade. De certa maneira, é o espírito do Segundo Império que ali ressurgue, sereno, generoso, acolhedor. Observe-se que Lisboa (José Maria Lisboa, o criador destes almanaques) delimitou o seu campo de trabalho, concentrado, preferencialmente, nos temas paulistas. Não o acometeram pretensões de inculcar doutrinas ou de exercer influências políticas. Um discreto ecletismo, característico da mentalidade reinante, transparece no teor das colaborações. O seu **Almanach Litterario** representou, assim, uma contribuição amena

circumspecta, ao desenvolvimento social e ao lazer das famílias estabelecidas em áreas urbanas ou rurais. Daí a sua valia para a posteridade: como que espelhava, fixando-os graficamente, os valores culturais vigentes na época”. ONM (Cortesia dos editores.)

Badaró, Líbero – Liberdade de Imprensa. Introdução de Brasil Bandecchi. São Paulo, Parma, 1981. 71 p. (“Cadernos de História”, v. 16.)

“Em 1830 morria, assassinado, um dos grandes vultos do liberalismo: João Batista Líbero Badaró. Seu nome é quase lendário. É um símbolo de quantos dão a própria vida em holocausto à liberdade. Espírito universal, veio para o Brasil no vigor dos seus 28 anos de idade e, 4 anos após a sua chegada, desaparecia tragicamente da vida mortal para entrar na história. Sua luta, na imprensa, pelas liberdades fundamentais do homem foi meteórica. Durou 13 meses. Seu jornal, o segundo editado em São Paulo, o **Observador Constitucional**, está reclamando publicação em volume, a fim de que não se perca esse precioso documentário histórico” (da nota de apresentação da Editora). Comemorativo do sesquicentenário da morte de Líbero Badaró foi a iniciativa de publicar-se o presente volume, de cuja introdução histórica incumbiu-se Brasil Bandecchi, grande estudioso do liberalismo e dos movimentos liberais do século passado. Contém o volume, ainda, a reprodução de um soneto escrito por ocasião da morte de Badaró por seu amigo, José Marciano Gomes Ribeiro, então aluno do primeiro ano da Faculdade de Direito de São Paulo; um estudo sobre “Líbero Badaró e a Medicina”, excerto de um ensaio mais amplo de Duílio Crispim Farina; e finalmente o texto integral de **Liberdade de Imprensa**, publicado em 1829, originalmente em seu jornal **Observador Constitucional** e reproduzido pouco depois no **Astréa**, órgão da imprensa do Rio de Janeiro, em seus números de 19 de novembro e 5 de dezembro daquele mesmo ano. Posteriormente, foi o texto de **Liberdade de Imprensa** reimpresso por Nicolau Duarte Silva em seu ensaio sobre o grande jornalista, publicado em o volume 28 (1930), da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo” e novamente (1978) no jornal **Unidade**, órgão oficial do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo. Assim, supõe Bandecchi seja esta sua edição a quinta impressão que se faz do importante texto e a primeira, certamente, em volume avulso. Reproduz, ainda, o volume um quadro representando Líbero Badaró em seu leito de morte, ao pé do qual J. de Campos Novaes anotou: “Retrato autêntico tirado no leito de morte Por Hércules Florence, seu amigo íntimo. Esse retrato serviu de base para numerosas

gravuras que se conhecem desse grande patriota”. ONM (Cortesia do Prof. Brasil Bandecchi.)

Dall’Alba, Pe. João Leonir – Laguna antes de 1880: documentário. Florianópolis, Lunardelli/Udesc, s.d. (1979). 176pp.

Para este volume, serviu-se o autor de textos valiosos sobre a terra catarinense, inéditos com exceção de um só: “Notícias da povoação e fundação da vila da Laguna”, por Francisco de Brito Peixoto (manuscrito da Biblioteca Nacional); “Descrição do Município”, por Francisco Isidoro Rodrigues da Costa, “documento de valor incalculável para a história do sul do Estado e do País, pela sua extensão, 216 páginas manuscritas, por sua relativa antigüidade (1881), pela citação de documentos mais antigos, pela ampla gama de aspectos geográficos, históricos e sociológicos abordados com o critério de um historiador e a forma literária de um escritor”; “Livros de vendas de escravos” (extratos de livros conservados no arquivo da Comarca de Laguna); cartas de Luigi Rossetti a Giovanni Battista Cuneo, de grande valor para a história da Farroupilha, datadas todas da “Cidade Juliana da Laguna”. Rossetti foi discípulo de Mazzini; exilou-se na América do Sul com Garibaldi e outros italianos, na década de 1830; “idealistas, quiseram implantar nas jovens nações americanas os ideais que a velha Europa ainda não aceitava”; partindo de Montevideú, lutaram no Rio Grande e, finalmente, fundaram a República Catarinense; suas cartas, diz o organizador do volume, apresentam “uma visão idealista do movimento republicano, num contexto internacional”. Contém, ainda, o volume excertos (sobre Laguna) da grande obra de Avé-Lallemant e uma pequena síntese da história da cidade. É importante ressaltar que todos os textos são anotados e comentados pelo organizador do volume. ONM (Cortesia dos editores.)

Dantas, Manuel – Uma figura do Império: o Conselheiro Paulo Barbosa da Silva. Pref. de José Calazans. 1983. 58 p.

Manuel Dantas, o fino escritor sergipano, enriquece a bibliografia histórica brasileira com o presente estudo, focalizando o vulto do Conselheiro Paulo Barbosa da Silva e prefaciado pelo consagrado historiador José Calazans, também sergipano. Paulo Barbosa da Silva, mineiro de Sabará, figura quase esquecida de nosso passado, foi mordomo, camarista e guarda-jóias do Palácio Imperial, ao tempo de D. Pedro II. Durante a Regência, foi ele

quem, de fato, exerceu o governo. “Na sua residência, a Chácara da Joana, reuniam-se os políticos em conciliábulos que tudo decidiam. Foi quando começou a se falar no **Clube da Joana**”. Graças à probidade inatacável de Paulo Barbosa da Silva e à sua vigilância sem tréguas, o Segundo Império brasileiro desconheceu a corrupção administrativa e os escândalos financeiros, o que não é dizer pouco em nenhum tempo ou lugar. Nem mesmo os maiores inimigos e detratores da Monarquia sequer aludiram ao menor abuso em matéria de dinheiro público àquela época, o que se deve à têmpera do conselheiro Paulo Barbosa, figura que se engrandece ainda mais em nossos dias de venalidade institucionalizada, de concussão e peculato oficializados e de mordomias sem pudor. A presente crônica é uma vinheta animada do Segundo Império, que deve ser conhecida por todos os que querem aprender sobre o nosso passado algo mais do que ensina a historiografia oficial. (Nota de Gilberto de Mello Kujawski; cortesia de Benedito Barbosa Pupo.)

Eurípedes Simões de Paula: in memoriam. São Paulo, 1983. 720pp.

“Poucos historiadores brasileiros poderiam receber uma homenagem como esta, através da qual professores, colegas, ex-alunos, orientandos, companheiros da campanha na Itália da Força Expedicionária Brasileira e amigos tributam as suas saudades e admiração a um homem extraordinário: **Eurípedes Simões de Paula**. Uma comissão composta dos professores Antônio Cândido de Melo e Souza, Aziz Simão, Maria Regina da Cunha Rodrigues Simões de Paula, Oscar Sala, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva e Simão Mathias, todos da Universidade de São Paulo, tomou a si a elaboração deste expressivo volume **In Memoriam** do mestre. O resultado é uma soma de depoimentos e trabalhos de alta qualidade científica, com os quais procurou-se render homenagem a um professor e historiador, um administrador e colega, cuja ação derramou-se por toda a Universidade ao longo dos anos, estendendo-se a inumeráveis outras instituições, beneficiando toda uma geração de universitários, constituindo padrão de dignidade, de extrema habilidade em lidar com moços, de sensibilidade intelectual e dinamismo em saber como liderar e levar para a frente os estudos históricos no Brasil nestes últimos 50 anos. Professores norte-americanos, orientais, europeus e latino-americanos se consorciaram nesse tributo a um intelectual singular que se multiplicou e se deu em diferentes áreas do saber, estimulando, orientando, formando e sendo solidário em todos os momentos com aqueles que tiveram o privilégio de com ele conviver. Fundador e maior incentivador durante sua vida da Associação Nacional dos

Professores Universitários de História, fundador e mantenedor da **Revista de História**, Simões de Paula alargou ainda suas atividades em iniciativas as mais variadas e de alta significação, dentro e fora da Universidade” (nota de Gonçalves do Amaral, no “Correio Popular”, de Campinas, 31-1-1984). Esta revista, que foi a primeira publicação do País a prestar uma homenagem a Eurípedes Simões de Paula, dois anos após o seu falecimento, dedicando-lhe um número especial com artigos sobre ele e uma seleção de escritos seus, não pode deixar de regozijar-se com a publicação do belo volume que aqui se registra. Colaboram no **In Memoriam**, por ordem alfabética: Agnello Rossi (Dom), Albert Audibert, Alfredo Bosi, Américo Jacobina Lacombe, André Camlong, Anita Novinsky, Antônio Cândido, Antônio de Barros Ulhoa Cintra, Atratio Cortes Coutinho, Aziz Nacib Ab Sáber, Aziz Simão, Carlos Guilherme Mota, Charles Morazé, Charles Verlinden, Clovis Grossi, Deoclécio Redig de Campos, Enrique de Gandia, Erasmo Garcia Mendes, Ernesto A. Pascoal Senise, Fernand Braudel, Fernando Henrique Cardoso, Fernando Mourão, Francisca Isabel Vieira Keller, Francisco da Gama Caeiro, Francisco Iglésias, Frederic Mauro, Fritz Pinkus, Gilberto da Silva Gorgulho, Hélio Abranches Viotti (Pe.), Hélio de Moura, Helmi Mohamed Ibrahim Nasr, Henry Isaac Sobel, Isaac Nicolau Salum, Jean Gagé, João Batista Borges Pereira, Jorge Borges de Macedo, José Aldo Pasquarelli, José Alfio Piason, José Bueno Conti, José Gonçalves, José Honório Rodrigues, José Reis, José Roberto do Amaral Lapa, José Sebastião Witter, José Tadeu Arantes, Kee Yan Wing, Lev Slioshin, Lewis Hanke, Maria de Lourdes Monaco Janotti, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Marieta Alves, Marta Vanucci, Michel Mollat, Miguel Reale, Mituo Taketani, Niko Suzek, Oscar Francisco de Sales, Oscar Sala, Oswaldo Porchat de Assis Pereira da Silva, Paulo Pereira de Castro, Paulo Sawaya, Pedro Beraldo, Philippe Wolff, Raquel Glazer, Ricardo M. Gonçalves, Roberto de Paula Messiano, Rolando Morel Pinto, Ruy Galvão de Andrada Coelho, Ruy Marcelo Gomes Pinto, Samuel Goldenberg, Samuel Pfromm Netto, Shozo Motoyama, Sílvio Zavala, Simão Mathias, Ted Eston de Eston, Teiti Suzuki, Ubirajara Dolácio Mendes, Ulpiano Bezerra de Menezes, Vicente Marota Rangel, Victor Deodato da Silva e Victoria e Joubran El-Murr. (Cortesia da Fac. de Filo., Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.)

Ferreira, Barros — “Tordesillas”: um pingo no mapa, um borrão na História. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, Comissão de Geografia e História, 1982. 68 pp. (Coleção Histórica, v. 22.)

Descrevendo uma visita à pequenina Tordesillas, “um pingo no mapa” (no qual, de fato, mal aparece), mas “um borrão na

História”, o autor nos apresenta excelente estudo crítico de numerosos pontos significativos da história luso-castelhana naquele agitado final do século XV. Não apenas a história do famoso tratado de 1494, mas os numerosos fatos que conduziram a ele ou dele resultaram. É sabido que o tratado assinado a 7 de junho daquele ano para dividir o mundo “en dos zonas que habria de ser objecto de descubrimiento e evangelización”, nunca foi demarcado. Seus termos, bastante vagos, trouxeram mais problemas que soluções. A segurança com que o autor tratou destes assuntos complexos que interessam não apenas à história dos dois povos peninsulares, mas igualmente à dos povos sul-americanos, torna seu livro título capital na já valiosa bibliografia existente sobre o assunto. As qualidades do autor como escritor foram devidamente ressaltadas no prefácio de Mario Savelli. ONM (Cortesia do autor.)

Flores, Moacyr – Colonialismo e missões jesuíticas. Pref. Dionísio Fuertes Alvarez. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes/Instituto de Cultura Hispânica, 1983. 176pp.

Baseia-se o presente volume em uma série de pesquisas na documentação da Coleção De Angelis e na revisão histórica da bibliografia existente. O autor insere as Missões da Província Jesuítica do Paraguai no sistema colonial espanhol, orientado para a conquista e ocupação dos espaços indígenas, através de contatos civilizatórios com destruição de uns e aproveitamento de outros valores culturais indígenas, criando novas estruturas da sociedade missioneira de uma maneira sui-generis, que até hoje provocam a admiração dos estudiosos e de visitantes de suas ruínas. Em seu prefácio, salienta Dionísio Fuertes Alvarez o quanto “vários focos polêmicos contribuem para turvar as águas das fontes de documentação sobre as Missões: o dualismo pró ou contra os jesuítas, de modo mais amplo pró ou contra o trabalho e a orientação da Igreja Católica, no seu programa político-social; o dualismo pró Espanha ou pró Portugal, na disputa secular de ambas as nações pela posse do território riograndense; o dualismo pró ou contra o comunismo de que, com maior ou menor razão se estima estarem imbuídas as instituições missionieras, são os principais”. E acrescenta que o professor Moacyr Flores demonstra, entre suas muitas qualidades, “uma completa e consciente isenção, um total respeito pela objetividade dos fatos, ao mesmo tempo que a variedade das fontes utilizadas. Não descreve nem poderia descrever tudo o que mereceria ser descrito; não dá, nem poderia dar a versão definitiva do fenômeno missioneiro; não discrimina, nem poderia discriminar o real valor das fontes que utiliza, mas o que faz – e é

muito – fá-lo com plena consciência, com absoluta sinceridade, com perfeita isenção de ânimo, sobrepondo sempre o fato à opinião, e a realidade objetiva à interpretação pessoal”. Afeito a tratar do assunto em diversas oportunidades, pois alguns dos capítulos que formam o livro, foram apresentados como conferências ou comunicações e simpósios ou em cursos de história rio-grandense, soube o autor expor de maneira clara e objetiva o necessário para a compreensão de um dos capítulos mais significativos da história do sul do Brasil, desde os fatos individualizados relativos ao sistema colonial, às bandeiras paulistas, ao povoamento do Rio Grande, aos tratados de limites, à expulsão dos jesuítas, até os aspectos culturais da região missioneira. Este é, aliás, um dos grandes temas da história rio-grandense. De seu interesse, bastaria lembrar a realização bienal, na cidade de Santa Rosa, de “simpósios de estudos missioneiros”, dos quais esta publicação já se tem ocupado, e dos quais o professor Moacyr Flores é participante atuante. E o mais significativo é que a entidade que promove tais simpósios tem conseguido publicar com regularidade os seus anais, que constituem, assim, repositório magnífico para o estudo do tema, não só pela divulgação de fontes, como pelo tratamento especializado dos assuntos propostos. Essa iniciativa da cidade de Santa Rosa extrapolou de seu âmbito local, pois tem despertado interesse em pesquisadores, historiadores, sociólogos e antropólogos de diversas regiões do País. Constituem, hoje, uma das importantes ocorrências a assinalar, bienalmente, o calendário cultural do Brasil. ONM (Cortesia do editor.)

Pasin, José Luiz – Guaratinguetá: tempo e memória. São Paulo, RK/Secretaria do Estado da Cultura, 1983. 92 p.

Este trabalho – explica o autor – “reúne textos e registros mais expressivos da evolução de Guaratinguetá ao longo de trezentos anos, enriquecidos com as reproduções de pinturas, desenhos e fotografias que assinalam as mudanças urbanísticas e paisagísticas ocorridas ao longo do tempo”. Figuram nesta antologia guaratinguetaense páginas de Frei Agostinho da Piedade (1723), D’Orbigny (1827), Aires do Casal (1817), Spix e Martius (1817), Arnaud Julien Pallière (1821), Saint-Hilaire (1822), Daniel Pedro Müller (1838), Milliet de Saint-Adolphe (1845), Carlota Pereira de Queiroz (1965), Zalar (1861), Azevedo Marques (1876), von Koseritz (1884), Alfredo Moreira Pinto (1896), João Mendes de Almeida (1902) e Nero Senna (1942 e 1944). Uma excelente sugestão a que se faça o mesmo com outras cidades. ONM (Cortesia do autor.)

Pessoa, Reynaldo Xavier Carneiro – O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870 – 1889. Apresentação de José Sebastião Witter. São Paulo, Edições do Arquivo do Estado, 1983. (Coleção “Monografias”, v. 6) 263 pp.

Feliz, sob todos os aspectos, a iniciativa do Arquivo Público do Estado, incluindo em sua série de “Monografias” o presente ensaio do saudoso Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, originalmente sua tese de doutoramento apresentada à Universidade de São Paulo, em 1972, e aprovada com distinção por uma comissão examinadora da qual o responsável por esta publicação honra-se de ter participado. Circunstâncias diversas, inclusive a dificuldade de rever certos tópicos de seu trabalho, como fora sugerido pela comissão, retardaram tanto sua publicação que o próprio autor não teve o prazer de vê-la efetivada, pois faleceu, após tenaz enfermidade, no início de setembro de 1979. José Sebastião Witter, depositário dos originais da tese, entendeu — e o fez bem — de não retardar mais a divulgação do excelente ensaio, embora sem a revisão que seu autor certamente se comprazeria em fazer. “Procurou-se evitar alterações de qualquer natureza para não trair o pensamento do autor”, explica Witter na apresentação do volume. Para acrescentar, linhas depois, que seu estudo “cobre um período da história do Brasil em que profundas mudanças começavam a se evidenciar” e no qual emergem as forças republicanas capazes de “alterar as regras do jogo político, disputado por liberais e conservadores durante todo o período imperial”. Não chegou a alterar tanto quanto se esperava e nem se processou mudança imediata e radical, mas a República acabou triunfando. O livro de Reynaldo Pessoa aí está “para ser estudado e discutido por um público maior”, pois tal como no original, circunscreeveu-me aos que o examinaram e a alguns amigos privilegiados aos quais o autor pôde fornecer uma cópia. E assim o Arquivo do Estado, na administração Witter, continua dinamizando seu setor de publicações, dando preferência a trabalhos de grau universitário, que doutra forma dificilmente poderiam ser publicados. Já cinco trabalhos desta natureza vieram a lume na coleção denominada simplesmente **Monografias**. ONM (Cortesia do Arquivo do Estado).

*

PERIÓDICOS

Publicações do Museu Municipal de Paulínia, nº 27, fevereiro de 1984: Análise das cores e desenhos lineares na cerâmica pré-histórica de Monte Mor (Renata Parada Pazinato); Histórias Waurá (Vera Penteadó Coelho); Elementos extramusicais no canto dos índios (Desidério Aytai).

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nº 332, julho/setembro de 1981: A pesquisa de fontes primárias e a produção historiográfica do Espírito Santo (Gabriel Augusto de Mello Bittencourt); Análise da literatura periódica

brasileira na área da História (Helena Dodd Ferrez); Uma pista para o enigma das paisagens brasileiras desaparecidas de Frans Post (P. J. Whitehead e R. Joppien); A Alfândega de Moçambique e os resgates de Sofala (Carlos Xavier); Saudação a Alberto Ribeiro Lamego (Marcelo Moreira de Ipanema); O Segundo Reinado (Alberto Ribeiro Lamego); Cândido Mendes de Almeida (Pedro Calmon e Américo Jacobina Lacombe); Saudação a Paulo Werneck da Cruz (Francisco Ruas Santos); A História e as novas condições do pensamento científico (Paulo Werneck da Cruz); Kant e a ciência moderna (idem); O sistema eleitoral após a Lei Saraiva (Mircea Buescu); Olinto José Meira, presidente de duas províncias no Império (Sílvio Meira); Correspondência do Barão de Mareschal; Nº 333, outubro/dezembro de 1981: O Império e o Condestável (José Bezerra Gomes); Beija-mão. Colação de grau. Juramento na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (Fernando Bruno Lobo); Origens e implantação da Academia Militar das Agulhas Negras (Umberto Peregrino); Teodoro Sampaio, uma visão original (A. J. Alves Sobrinho); Centenário de Miguel Calmon (Pedro Calmon); José Joaquim da Maia (Leá Boechat Rodrigues); Cinquentenário da eleição dos sócios Pedro Calmon e Barbosa Lima Sobrinho (Dalmo Freire Barreto); Correspondência do Barão de Mareschal. Nº 334, janeiro/março de 1982: O plano de Pitt e o futuro do Brasil (Pedro Calmon); A Biblioteca da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro no Império (Francisco Bruno Lobo); A descoberta de Lund no Brasil (Hélio Póvoa); Autores militares em discussão (Umberto Peregrino); Bicentenário de Gonçalves Ledo (Marcello e Cybelle de Ipanema); Observações a respeito da imigração americana no Brasil no século passado (Egon e Frieda Wolff); O barroco no Brasil (Augusto C. da Silva Teles); Racconto storico (Alessando Broetto); Congresso comemorativo do 9º centenário da Batalha de São Mamede e Buenos Aires e o Brasil (Pedro Calmon); No centenário de Ana Neri (Cybelle de Ipanema); Cinquentenário do Correio Aéreo Nacional (Nelson F. Lavenère-Wanderley); Natalidade e mortalidade da população escrava (Mircea Buescu); A Antártica e os desafios da era oceânica (Eurípedes Cardoso de Menezes); Conselheiro Pedro: Autran da Mata Albuquerque (Antônio Pimentel Winz); Uma interpretação marxista da escravidão no Brasil (Mircea Buescu); Israelitas no diário de D. Pedro II (Egon Wolff); A coroação da rainha dos mortos (Vicente de Paulo Vicente de Azevedo); A nobre missão dos Institutos Históricos (Sílvio Meira); Correspondência do Barão de Mareschal. Nº 335, abril/junho de 1982: Comissão de Exame do Ensino Sistemático e Assistemático de História do Brasil; Uma tentativa de colonização do Jari (Arthur César Ferreira Reis); A Guerra do Paraguai: um laboratório da doutrina militar pouco explorado (Cláudio Moreira Bento); Exportação no Brasil colonial (Mircea Buescu); A Abolição à luz de documentos (Raul Lima); Correspondência do Barão de Mareschal; Inocêncio Serzedelo Correia, abolicionista, republicano e homem de Estado (Mário Barata); Unidades do sistema métrico português (Maurício Amoroso Teixeira de Castro); Camões, poeta máximo (Pedro Calmon).

*
* * *

NOTICIÁRIO

O HOMEM QUE DESENHAVA O BRASIL

As cenas avulsas que foram recolhidas, pacientemente, pela pena de Percy Lau durante cerca de trinta anos, compõem hoje o mais expressivo acervo iconográfico contemporâneo da geografia humana do Brasil. Ninguém melhor do que ele conseguiu delinear, com traços de nanquim, os verdadeiros contornos da alma brasileira. Através de um estilo próprio, que recebeu uma acentuada influência da técnica litográfica, Percy Lau criou uma linguagem capaz de dar ritmo, cor e ação aos tipos regionais com os quais conviveu intimamente ao longo de toda a sua obra.

Os desenhos de pontos pequenos e repetidos, de linhas inquietas e arredondadas, esculpidos a bico-de-pena, vão ainda mais além, ao transmitirem o trágico fatalismo dos seus personagens em toda a sua extensão. O pintor Barbosa Leite, que durante vários anos trabalhou com Percy Lau na antiga **Revista Brasileira de Geografia** — onde ele foi responsável pela seção **Tipos e Aspectos do Brasil** —, chama a atenção para esse traço marcante que está presente em toda a produção artística: “Ali estão captadas a pobreza sem possibilidades, a visão sem perspectivas da gente humilde. Uma visão profunda da vida incerta e violenta que arrasta os personagens a uma passividade sem objetivos. Percy Lau fixou em proporções que a sensibilidade equilibra um jogo de adversidades: o homem e a terra, as coisas e os seres, todos animados de encanto e poesia que fluem nos gestos, nos episódios flagrantes, nas estruturas e nos tons, com uma homogeneidade admirável”.

As suas ilustrações, elaboradas em pontilhados de tinta, transcendem o desenho documental, fotográfico, para adquirirem também o valor de uma obra de arte. A trama sutil do claro-escuro, os contrastes e efeitos de perspectiva obtidos com o nanquim acabaram por conferir um especial destaque às suas pranchas. Ninguém também melhor do que ele penetrou e assimilou profundamente a alma e a paisagem agreste da caatinga e a vida nos pampas e coxilhas do Rio Grande do Sul.

Barbosa Leite, que até hoje permanece como ilustrador no IBGE, onde Percy Lau trabalhou durante 28 anos, sustenta que ele absorveu como ninguém o caráter do homem regional: “O que há de mais agudo e profundo em seus trabalhos é o admirável senso das coisas brasileiras, que o olho atento do artista não disvirtua, não desmitifica, transferindo para o papel a espontaneidade onde as criaturas se conservam como são, onde os objetos exibem um manuseio paciente, sem cansaço”.

Apesar de sua arraigada identidade com a cultura regional nordestina, Percy Lau nasceu em Arequipa, no Peru, em outubro de 1903, filho de imigrantes alemães. Aos dez anos, filho mais jovem de seis irmãos, Percy Lau sofreu um grave acidente, que o deixaria fisicamente deformado para o resto da vida. A família regressou à Alemanha a fim de submetê-lo a um tratamento médico. Com a I Guerra Mundial e conseqüente interrupção do tratamento, seus pais decidem viajar para os Estados Unidos. Um ano depois a família Lau fixou residência em Pernambuco. Percy Lau, com 16 anos, foi morar em Olinda.

O longo período em que permaneceu imobilizado permitiu que se desenvolvesse o seu interesse pelo desenho a bico-de-pena. Nos 17 anos em que viveu entre Olinda e Recife, dedicou-se a reproduzir os tipos que povoavam o litoral pernambucano. Os motivos praianos exerceram uma grande influência sobre os primeiros trabalhos que retratam os hábitos e costumes dos jangadeiros, das rendeiras do Nordeste e dos barqueiros do São Francisco.

No Recife, foram seus temas preferidos as velhas igrejas barrocas, o casario colonial, o cais e algumas ruas. Nessa época, chegou a manter um pequeno atelier com Augusto Rodrigues e outros artistas, jovens como ele. Foi mesmo um dos fundadores do "Salão dos Independentes" (1933 – 1935), quando decidiu naturalizar-se cidadão brasileiro. Antes de viajar para o Rio, participou de duas exposições no Recife. Sua primeira medalha foi conquistada em 1938. Um ano depois, já vivendo no Rio, foi contratado como ilustrador da **Revista Brasileira de Geografia**, editada pelo Conselho Nacional de Geografia.

Sua primeira colaboração, como ilustrador, apareceu no terceiro número da revista, em outubro de 1939, quando criada a seção **Tipos e Aspectos do Brasil**. Nesse primeira desenho, a bico-de-pena, "Arpoadores de jacarés", Percy Lau deu início a um ciclo de ilustrações que reproduzem com fidelidade tipos humanos de origens diversas.

Dona Ismênia, viúva de Percy Lau – ele morreu em 1972, quatro anos de aposentar-se pelo IBGE – recorda que seus trabalhos eram realizados com um preciosismo exacerbado. Era capaz de permanecer horas seguidas, debruçado sobre uma prancheta, até encontrar as linhas que melhor exprimissem os tipos e as imagens que pretendia transpor para o papel.

Os tipos imortalizados pela pena de Percy Lau não se limitaram à **Revista Brasileira de Geografia**. Ilustrou também dezenas de livros didáticos. Seu traço inconfundível também está presente em vários romances de José Lins do Rego.

A exposição de alguns de seus trabalhos, promovida pelo IBGE em comemoração do 80º aniversário do artista, não deu a verdadeira

dimensão de sua obra, tendo passado praticamente despercebida do grande público e da crítica especializada. Terminada a mostra, os originais voltaram para os arquivos empoeirados da repartição e provavelmente lá ficarão sepultados até que alguém se aperceba da importância de sua obra na arte gráfica brasileira contemporânea.

(De uma notícia de Domingos Meirelles em "Jornal da Tarde", de 3 de março do corrente ano).

*

CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA DE ESTUDOS HISTÓRICOS

Deliberação tomada durante a realização do Seminário "Fontes para a História da Revolução de 1893", nascida de uma proposta do Prof. German Gil Villamil, do Museu Regional de Cerro Largo, veio a se tornar realidade. Mereceu aprovação dos professores, historiadores e pesquisadores reunidos em Bagé a criação de um organismo multinacional, visando ao intercâmbio de pesquisas, documentos e informações de fatos históricos comuns aos países limítrofes.

Assim, naquela assembléia foi designada uma comissão constituída do historiador Tarcísio Antônio Costa Taborda, do Prof. Carlos Humberto Corrêa, da Universidade Federal de Santa Catarina e do autor da proposição, Prof. German Gil Villamil para dar execução ao projeto. A Comissão estabeleceu as normas pelas quais se criou a **Conferência Sul-Americana de Estudos Históricos**, tendo como fundadores os membros do Seminário de Bagé e agregando pesquisadores, historiadores e professores de História que desejarem integrar seu quadro. Essa **Conferência** se reunirá a cada dois anos para estudar temas históricos comuns aos países que a integram.

Com a criação desse organismo, os estudos históricos dos países vizinhos tomarão maior impulso e permitirão, pelo intercâmbio proposto, um aprofundamento dos temas que envolvem personagens, territórios e idéias comuns, ao mesmo tempo que facilitará uma revisão de interpretações históricas tomadas com base em documentação unilateral.

A coordenação da **Conferência Sul-Americana de Estudos Históricos**, até a fixação da sede do próximo seminário, estará a cargo do historiador Tarcísio Antônio Costa Taborda.

(Do **Correio do Sul**, Bagé, RS, 21-3-1984, por gentileza do Prof. Astrogildo Fernandes, de Porto Alegre.)

* * *

UM POUCO DE MÚSICA

24. ESTELINHA EPSTEIN

Celso Maria de Mello Pupo

Prefaciando o **Livro das Grandes Sinfonias**, de Upson e Borowsky, disse este último: A “edição de agora destina-se a satisfazer não apenas ao ouvinte exigente, convicto de que a última palavra em arte cabe a Honneger ou Strawinsky, mas também ao apreciador de belas melodias que se delicia com a música de Massenet, Vitor Herbert e Flotow, que vai diretamente, sem artifícios, ao seu coração.”

Ainda em prefácio, agora na “História Universal da Música”, de Kurt Pahlen, termina Eurico Nogueira França afirmando que “só subsistirá a música que, dentro da sua pureza específica, guarde, intacta, suas relações com a alma, o coração e o espírito humanos”.

Estelinha Epstein, nossa conterrânea, nasceu e viveu para a música, com alma, coração e espírito que a fizeram uma glória do Brasil. Nasceu num berço embalado pela música, desde tempos passados quando a gente de Campinas, de início, sonorizava seus encontros com os realejos, que eram pequenos órgãos portáteis que se tocavam com uma manivela movendo o cilindro alimentador dos foles de sopro nos tubos. E neles se repetiam as músicas tornadas familiares para os senhores das casas, mas originais para as visitas.

Já em 1838, foi importado o primeiro piano, conduzido de Santos a Campinas num bangüê sobre os lombos de dois burros, em penosa viagem de muitos dias; progresso que foi um seguimento do ano de 1800 quando existia em Campinas o fabrico de violas, que para nós não eram os instrumentos semelhantes e pouco maiores que o violino, como se classificam nas orquestras — mas um maior cavaquinho, filhote do violão, para os músicos espontâneos, os músicos “de ouvido” tão apreciados na música popular do século passado.

E por todo este século se desenvolveu em nossa terra o gosto musical, fazendo do seu estudo uma composição curricular de todo o ensino para a mocidade, especialmente para o elemento feminino que não dispensava o ensino da música para as moças de maior cultura, até a catástrofe da epidemia da febre amarela.

Mas no século passado Campinas se gloriou com nomes que brilharam na Europa: Carlos Gomes e Maria Monteiro, esta falecida com

apenas 27 anos de idade, não continuando, pela morte, a sua carreira iniciada com o maior brilhantismo pelos seus dotes pessoais. E já no século atual, continuou o prestígio de Campinas na Europa pela carreira do tenor José Bustamante de Camargo, atuando em permanência na Ópera de Paris.

Mas a cultura musical em Campinas, interrompida com a febre amarela, não retornou extinta a febre, prolongando-se o período de estagnação desta arte sublime, quando um grupo de moços iniciou série de manifestações artísticas e literárias, grupo que se consolidou sob o título de Monóculos e Lunetas, promovendo na cidade, por vasto tempo, reuniões de cultura em várias direções do intelecto.

O Clube Semanal de Cultura Artística, sociedade de cultura e festas, que, como Clube Semanal, nasceu, cresceu e se impôs no correr do século passado, tinha sua sede em prédio próprio, depois abandonado pela paralisação das atividades do Clube que, entretanto, não se extinguiu. Foi quando, no século atual, o intelectual de grandes serviços a Campinas, Rafael de Andrade Duarte, projetou reavivar o Clube Semanal, agora incorporando-o à Sociedade de Cultura Artística, resultando o Clube Semanal de Cultura Artística, com patrimônio do primeiro, representado pela sua casa-sede, então em abandono, mas que, com a feliz iniciativa de Rafael Duarte, se restaurou para uma nova e ativa vida social.

Foi nessa sede, então já aumentada na área do seu salão de festas que passou a dispor de um palco — que se realizou o concerto da pequena pianista de oito anos de idade, aos 12 de maio de 1922. E o triunfo da pianistinha foi completo, revelando a Campinas um novo talento que vinha mais enriquecer o número de gênios musicais campinenses.

Um crítico de alto valor pela sua cultura musical e científica, José de Campos Novais, deixou seu parecer sobre a execução da menina — que por ser ainda muito pequena para tão grande triunfo alcançado, passou a ser para toda Campinas, a Estelinha, diminutivo do seu nome, que a acompanhou por toda a vida.

E assim falou José de Campos Novais:

“Uma criança, mas uma criança genial que adivinhou a música que interpreta com uma vivacidade e graça ingênua, e uma intuição da expressão lírica surpreendente.

A velocidade de seus dedinhos e subtis na pontuação da melodia, dá relevo aos acordes que ela se esforça para acentuar mais que as suas forças permitem. Digo que isso é uma adivinhação, porque basta observar a sua notável interpretação do Prelúdio de Chopin cuja apogiatura melancólica da mão direita, sempre a mesma, torna-se monótona quando tentadas por outros que a executam sem emoção alguma. Mas esta menina

percebeu que todo o interesse está nos acordes que modulam sempre apesar de iguais, na aparência sua; aí está onde se desprende a melancolia inconsolável que apenas no fim toma forma de peroração melódica na mão direita.

Isto pode ser executado por gente grande, mas que saiba onde está o gato, na linguagem popular. É portanto uma adivinhação, porque outras meninas, mesmo bem ensinadas, não conseguem desencovar dos acordes que nada lhes diz.

Afirmo para demonstrar que o dom da expressão é inato, e que pode ser conservado encantador e ingênuo como a sua idade”.

Estava aqui uma consagração da menina Estelinha que já, de início, conquistou louros de uma “virtuose”. Seguiu sua carreira consagrada na terra em que nasceu, desmentindo o aforismo de que “santo de casa não faz milagre”.

Em 1923, com nove anos, conquistou Estelinha a capital de nosso Estado, sendo solista no concerto de Mozart para piano e orquestra, realizado no Teatro Municipal de São Paulo, para ser solista em 1924, em concerto, também de Mozart, com orquestra regida por Francisco Braga, no Rio de Janeiro. E foi com treze anos de idade que alcançou o prêmio do Pensionato Artístico do Governo do Estado de São Paulo com que seguiu para a Europa em busca de maior aperfeiçoamento com professores da França e da Alemanha, isto em 1927. Depois de estudos em Paris, transferiu-se para Berlim como discípula do famoso professor Artur Schnabel, alcançando na capital alemã, em audições públicas, aplausos entusiásticos dos ouvintes e expressivas referências das críticas que já a apontavam como em caminho de uma integral consagração. Ela mesma relatou aqui no Brasil, ter seu professor de Berlim, Schnabel, um renome universal e haver realizado audições, com felicidade; no “concreto do salão, Bechstein”, ocasião em que “todos os grandes diários e revistas especializadas tiveram adjetivos generosos” que a “desvaneceram e que só costumam empregar para celebridades mundiais”.

E não entendamos aqui o qualificativo de generoso, como desejoso de beneficiar uma artista promissora, pois tinha expressão de uma crítica justa como se pôde ler em jornais de Berlim, em variadas datas e jornais diversos:

Em 11/5/1932 – “Estelinha Epstein, no seu concerto de apresentação, demonstrou possuir vigor, charme e personalidade. É indubitavelmente um grande talento, revelando além de boa escola, disciplina pianística. Precisamos tomar nota desse nome”. Em 13/5/1932 – Estelinha Epstein, uma pianista moça ainda, brasileira, apareceu perante o nosso público causando admiração pela sua técnica formidável e temperamento vibrante. Bastavam os números de Chopin para firmar sua reputação de pianista”. A

19 de fevereiro de 1933 – “Na mesma noite Estelinha Epstein, muito moça ainda, tocou piano de uma forma tão admirável, interpretando a Sonata de Liszt com tanta musicalidade, profundidade e segurança, que empolgou o auditório”. No mesmo dia, outro jornal – “A sonata de Liszt graças a sua profunda penetração, teve um relevo notável. Foi um grande prazer ouvi-la em Chopin”. Março de 1933 – A execução do difícil estudo de Chopin provocaria inveja aos mais reputados pianistas”.

Com embarque na Europa, a 24 de fevereiro de 1933, para o Brasil onde foi recebida com o maior carinho e reconhecimento de sua atuação brilhante na Europa, teve logo, em seu país, oportunidade para realizar concertos em São Paulo e Rio de Janeiro.

Em 1938, em seu primeiro semestre, percorreu Estelinha Estados do Norte do Brasil, com execuções em várias capitais, colhendo pareceres que puderam afirmar: “Dando prestígio à música com seu requintado temperamento de virtuose, alcandora e se diviniza ao executar os mais difíceis trechos musicais. Alma feita de ritmos, revive os mestres, sofre com eles, sente-os, enfim, interpretando-os magistralmente. E que prodígios que é a sua digitação. Que poder extraordinário de prender e atrair o auditório, trazendo-o subjugado à sua técnica e ao seu apurado sentido de esteta do teclado! Scarlati, Mendelson, Gluck, Sgambatti, Beethoven, na primeira parte do seu joeirado programa, apareceram sem falhas. Chopin que encheu toda a segunda parte, teve uma intérprete feliz de seus prelúdios, mazurka, noturno e valsas, partituras essas que fizeram o encantamento da assistência, merecendo aplausos demorados. Na terceira parte, Ravel, Liadow, Aberniz, Grandos e Falla, reapareceram-nos, ora na violência de seus arroubos de poetas do som”.

“Não nos arreamos de incluir Estelinha Epstein no indículo das maiores pianistas que nos têm visitado ultimamente. Dentre as justamente conceituadas, ela se nos afigura uma das mais perfeitas. A sua técnica, a segurança de sua interpretação, a subtileza com que dedilha o teclado para tirar os sons notadamente os morrentes, tudo enfim, nos autoriza aquele julgamento que se fazia mister ressaltar, no enunciar o valor e as altas virtudes espirituais”.

De outra notícia transcrevemos: “Estelinha é, não há negar, uma verdadeira maga do teclado. Ouvia-a ontem, à noite, no palco luminoso do Teatro Amazonas. Auditório seletos a escutou, entre delirantes aplausos estrondosos e justos. Todo o coração a vibrar da mais funda emoção, ante a maestria inimitável da patrícia querida.

No mesmo ano de 1938, no segundo semestre, visitou Minas Gerais, Belo Horizonte, Juiz de Fora e outras, dirigindo-se após ao Estado do Paraná, Curitiba, e Santos no Estado de São Paulo.

Até então seus programas se caracterizavam com o seu encanto pelas músicas de Chopin, que habitualmente compunham de forma integral

a segunda parte do programa, com a primeira e terceira incluindo outros vários autores, cada um com uma composição.

Em sua visita a Santos, com o seu primeiro concerto no salão do Parque Balneário Hotel, a 17 de dezembro, sempre mostrando sua preferência por Chopin, antes do concerto teve Estelinha oportunidade de demonstrar seu carinho e atenção com todô o público que a ouvia: Na casa comercial Silva Monteiro, onde foi experimentar o piano que usaria no concerto à noite, sentou-se e executou uma sonata de Scarlati. Concluída a execução, a jovem artista olhou para os lados e constatou, entre risonha e surpreendida, que estava sendo ouvida por crescido número de pessoas, não só na calçada como pelos que, atraídos pelas notas vigorosas, entraram no citado estabelecimento que ficou literalmente tomado.

Depois vieram pedidos para que ela tocasse mais algumas composições. E Estelinha atendeu. Tocou assim três peças de autores diferentes, não lhe faltando os aplausos daquele público improvisado para o concerto também improvisado.

Em 1939 foi Campinas a premiada com uma execução na sua Rádio, a PRC9 que por meia hora deliciou a população irradiando as notas sublimes de Estelinha. Em março coube esta ventura a Poços de Caldas. Em janeiro de 1940, no dia 10, estava Estelinha tocando no Salão da Beneficência Caixeiral da Bahia, com seu programa predileto, preenchendo Chopin, sozinho, a segunda parte. Em fevereiro, com seu recital em Recife, teve o crítico baiano Prof. Pinto de Carvalho, a seguinte apreciação publicada no jornal "A Tarde": "Fraseado límpido, matizes rigorosamente delineados; técnica aprimorada, não fosse ela discípula do grande Schnabel; grande delicadeza nos pianos; firmeza nos pianíssimos; fulgurante vigor nos fortes; límpida clareza do dedilhado com velocidade vencida facilmente, sem exageros nem sacrifícios de notas; mimos nos aljofrados, especialmente chopinianos, grande flexibilidade no atacar as teclas obedientes; aí estão as qualidades mestras que vislumbrei". "Acima de tudo, porém, uma personalidade marcante, vigorosa, que lhe dá as execuções mérito superior".

Ainda em fevereiro visitou, tocando em concerto, João Pessoa. Em março tocou em Fortaleza, Ceará, no Teatro José de Alencar e no Ceará Rádio Clube PRE 9, para no dia 8 já estar em São Paulo, de volta de sua tournée, brindando a capital bandeirante com um concerto no Teatro Municipal.

Mas voltou Estelinha ao Norte, deixando supor que a gentileza dos nortistas muito a agradou. Tocou em São Luís do Maranhão e, em 17 de setembro, no Clube dos Artistas de Teresina, com recital também na preferência por Chopin, e assim apresentada pelo Prof. Moura Rego:

“O artista não se faz: nasce feito. E é verdade. A técnica, a disciplina, o método, o aperfeiçoamento das qualidades naturais, as regras da estética, adquirem-se nas escolas; mas a sensibilidade, o sentimento do belo, a expressão artística propriamente dita, são elementos pessoais, vêm do berço. A Arte está na alma. Não se obtém: aperfeiçoa-se, desenvolve-se. Cada artista traz ao nascer, os caracteres em que se funda a sua Arte. É um predestinado. Um eleito dos Deuses”.

E aí mesmo em São Luís que visitava pela segunda vez, foi saudada em soneto pelo poeta Ribamar Pereira:

“Maravilhosa ! e eu me enteneço quando
 espalhas um punhado de harmonias,
 que, tristes sendo ou cheias de alegrias,
 as ansiedades vão multiplicando.

Ouvindo-te tocar, vou procurando
 a origem emocional das fantasias,
 e as minhas penas e melancolias
 nesses instantes vão se dissipando.

Se na interpretação das partituras,
 aos meus olhos, então, te transfigurás
 para exprimir o sentimento humano,
 eu vejo em ti a helênica fiandeira
 que tece arroubos da alma brasileira
 nas vibrações dulcíssimas do piano.”

E a própria Estelinha, já em São Paulo, dá as suas observações à imprensa que publica: “Estelinha, jovem e consagrada artista paulista, que se acha entre nós já pela segunda vez, vem de terminar uma viagem artística pelo nordeste brasileiro, referiu a Folha” suas impressões do meio musical nas diversas cidades que visitou e onde deu audições: “Em Fortaleza estive duas vezes e fiquei encantada com a beleza da cidade e a bem desenvolvida e generalizada cultura musical. Toquei no Teatro José de Alencar que considero um dos melhores do Nordeste.

Em Teresina passei vinte dias, também como hóspede do governador. Encantada com a natureza. São Luís tem o atrativo das coisas antigas. Amando Gonçalves Dias e Coelho Neto não poderia deixar de gostar de São Luís”. “Suas construções coloniais são uma verdadeira maravilha.”

Se este foi um início de vida artística de uma brasileira titulada em música na Alemanha, em sua melhor escola, o mesmo ritmo, os mesmos aplausos, colheu Estelinha pelo desenrolar de sua existência artística que transcorreu no multiplicar de triunfos e no distribuir de ensinamentos, fazendo-se, na capital de São Paulo, professora emérita de

talentos musicais pois, como ela mesma dizia, não deixava perder tempo com estudos os que almejavam ser músicos sem que tivessem nascido com talento para tanto.

Seus recitais continuavam repetidos por São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, e de seus programas já constava uma variedade grande de autores, sem esquecer do seu preferido Chopin que, entretanto, teve de ceder sua posição preferencial para dividi-la com outros grandes nomes do classissismo musical. E nestas duas grandes capitais, Estelinha cada vez mais se impunha pelo seu talento, como se comentou após seu concerto no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, sob a regência de Eleazar de Carvalho, em palavras do prefeito Henrique Dodsworth: “Sessões musicais que não podem deixar de fazer época, pianistas brasileiros de alto merecimento, capazes de competir, sem receios, nas músicas que estudaram e prepararam com os virtuosos de vulto que têm aproado a esta terra, como Brailowsky, Rubinstein, Godowski e outros de igual ou aproximado tomo. Dos nossos pode-se citar Tabacow, Lubélia Brandão, Edith Bulhões, Mário Neves, Noemi Bitencourt e, finalmente, Estelinha Epstein que foi a última a colher há bem poucos dias, os aplausos espontâneos e entusiásticos, frementes, de toda a sala concorrida, onde se encontravam verdadeiras competências, incontestáveis autoridades do piano, que no termo do recital-concerto, além de suas palmas ainda foram, a igual de muitos outros, levar suas felicitações pessoais à magnífica pianista. E de fato ainda ninguém as mereceu com mais justiça. Seu programa foi desempenhado à maravilha. Os números executados, todos, eles, não se realizavam somente pela extraordinária agilidade de dedos, clareza na vibração das notas, nos períodos melódicos ou, ainda, no sentimento expressivo que a grande artista lhes imprimia. Pianistas desse teor enobrecem os tablados em que pisam e se fazem ouvir, e, dignificando-se, enchem de venial vaidade a sua terra, o seu país”.

Todo este brilho, todo este prestígio seu e que ela dava a Campinas e ao Brasil, extravasou-se além de nossas fronteiras, não somente na Alemanha onde ela brilhou no seu período de estudos, mas por outros países da Europa, em mais de uma tournée, em cidades como Paris, Haia, Amsterdam e outras da Alemanha, França, Holanda, Espanha, recebendo aplausos com delírio; e países da América Latina, com longa tournée pelas cidades da Argentina.

Estelinha foi um talento de brilho universal. Viveu e atuou com “alma, o coração e espírito humanos”, não só no nobre mister de transmitir pessoalmente sua arte para seus ouvintes, como gravando discos e atuando em difusão de rádios, e generosamente transpondo seus conhecimentos, sua técnica, para outros talentos que desabrochavam e que desejavam seguir-lhe o destino. Deu oportunidade para que se afirmasse: “A escola de Estelinha é especial, pois que tem, da escola alemã a rigidez; a

técnica de maleabilidade, de coração, de vida, da eslava; e a espiritualidade da escola francesa. Assim também é a personalidade de Estelinha: cumpridora de suas obrigações, bondosa, simples, alegre, vivaz.”

Teve ocasião, para a imprensa que afirmava que “num total domínio da técnica pianística Estelinha começou muito cedo a dar aulas de piano, e de narrar: “Eu contava 17 anos quando ainda era aluna do grande Schnabel. Ele possuía muitos alunos e sempre me considerou um talento.”

Em 1976, se divulgou: “atualmente ela mantém dois estúdios sendo um em São Paulo, na Rua Apa nº 190, e outro em Águas de São Pedro. Em ambos Estelinha recebe, não só os seus alunos, mas também todas as pessoas que gostam de música. “Eu sempre passo 15 dias em São Paulo e 15 em Águas de São Pedro” – explica ela – “Nos dois estúdios dou aulas de piano, mas acima de tudo, adoro receber amigos e pessoas que gostam de música. Águas de São Pedro têm um ótimo clima que, ligado à paisagem, proporciona aos artistas condições sempre maiores de criar, tocar, como é o meu caso, e, principalmente descansar”.

Foi bondosa, soube distribuir as jóias do seu intelecto para novos talentos, com grandeza, com simpatia, sempre no sorriso que perfumava sua presença. Ativa e atuante dividiu seu lar e sua escola como relatou. Em São Pedro, aos 8 de julho de 1980, faleceu, deixando memória imorredoura e profunda saudade na legião de seus admiradores.

* * *

MEMÓRIA CAMPINEIRA (22)

CAMPINAS E A REVOLUÇÃO DE 1842

O combate de Venda Grande, travado nas imediações de Campinas (em local já incorporado à área urbana), entre as forças liberais e as tropas imperiais, foi decisivo para o desfecho da malograda Revolução Liberal de 1842. O episódio tem sido referido por todos os que têm tratado do assunto: João de Moraes, Amador Florence, Aluísio de Almeida, Jolumá Brito, Lycurgo de Castro Santos Filho e Celso Maria de Mello Pupo. Do livro deste último, **Campinas, seu berço e juventude**, transcrevemos o relatório do bravo chefe liberal Antônio Manuel Teixeira, sobre o combate:

“Fomos surpreendidos sem que tivesse ainda chegado o Reginaldo com os de Limeira. Esperávamos descansados e dispersos, alguns mesmo em profundo sono no velho sobrado e dependências, quando assomou no alto do pasto, em nossa frente, a cavalaria inimiga, contra a qual logo que pudemos apontar as duas pecinhas de difícil manobra nos tais carretões de arrastar madeira, bem ou mal mandamos o nosso primeiro pelotinho (sic) de calibre 4, que nos pareceu dar com alguns em terra, pois estávamos distantes. Mal sabíamos, porém, que só, chamavam para aquele ponto a nossa atenção, fingindo cair; o que queriam era que, pelo flanco, todo em capoeira, nos viessem até quase a retaguarda os periquitos do Bezerra.¹ E, de fato, quando demos por eles, foi já pelo relampejar das baionetas, e pelas cerradas descargas sobre o grupo dos nossos poucos que puderam tomar as armas em desordem e rodear bravamente as duas pecinhas, cujos tiros não iam tão apressados como desejávamos, pela simples razão de não termos artilheiros, sendo o melhor que tínhamos o Chico de Barros, que o Sr. Mateus conhece, o camarada do Vicente Leite. O Boaventura² e o Viana, ainda assim faziam os impossíveis, secundados com denodo por companheiros como Luís Aranha, Capitão Silva (o nosso Chico Rato) parente de vmcs. e outros bravos, cujos nomes agora me passam de sentido, mas que direi ainda.

Tinham já dado uns oito tiros, pois iam acertando com a pontaria, quando o granizo das nutridas descargas dos negrinhos começou a dar sério, ora num ora noutra dos nossos, que nenhum troco podiam dar de fuzilaria, pois só então verificaram nada valerem as suas espingardinhas

(1) Soldados do Exército Imperial que se fardavam de verde.

(2) Trata-se de Boaventura do Amaral Camargo, cujo nome, simplificado para **Boaventura do Amaral** figura em importante rua da cidade.

de caça, em frente às reiúnas³ de formidável adarme e alcance de 400 passos e mais, rapidamente manejadas, como estavam.

O pequeno grupo dos nossos que, no começo, não sei se chegariam a uns 60, pois que os mais nem puderam buscar as armas e só trataram de salvar-se, foi já se reduzindo pela retirada, ora de um ora de outro, enquanto o permitia a manobra do inirñigo (caçadores-fuzileiros), que a cada descarga deitavam-se para carregar as armas, e erguendo-se davam poucos passos, atiravam e repetiam a manobra.

Pois eu ia dizendo que o primeiro grupo dos nossos, não excedendo de uns 60, diminuía, ora de um ora de outro, até resumir por fim no punhado de bravos, que loucamente parecia querer morrer, mas não recuar de junto às duas pequenas bocas de fogo, até ali centro da ação, mas já então caladas.

E, de fato, assim o fizeram ! Foram o grupo de heróis ! pequeng em número, mas imenso em valor !”

* * *

(3) *Reiúna* é uma espingarda, que se usava no Exército Brasileiro. (Celso Maria de Mello Pupo, *Campinas, seu berço e juventude*, pp. 129/130. Campinas, 1969. Publicações da Academia Campinense de Letras, vol. 20) N. da R. Este texto foi reproduzido em *O Passado de Campinas através de textos*, nº 59 desta revista (julho/agosto de 1974), comemorativo do bicentenário de Campinas, pp. 289/290.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

A REPÚBLICA NO BRASIL

(Tristão de Athayde)

Quando em 89 se proclamou a República, a república já existia no Brasil.

Não são os fatos mas o espírito dos fatos que realmente marca os períodos. Os historiadores se servem dos acontecimentos para colocar, ao longo dos anos, os marcos da inteligibilidade da história. Mas não nos iludamos. É preciso distinguir, na história das nações, o que é método de exposição e o que é evolução vital, como no estudo do espírito não podemos confundir os esquemas de psicólogos com a vida total da alma. As datas são meros dados mnemônicos. Durou 32 anos a Revolução Francesa, dizem os historiadores. Mas nós bem sabemos que não durou 32 anos a Revolução Francesa. Seria simples demais. E a realidade se ri desses compartimentos estanques com que procuramos dividir o tempo, para compreender o passado.

É preciso, portanto, compreender que os pontos agudos da história não são os pontos mais expressivos dela, como as ilhas dos arquipélagos não são os pontos mais perigosos de sua configuração. O principal é o que se oculta debaixo das águas. O essencial da história é o trabalho dos espíritos e o pressentimento fugitivo de um ou outro fato precursor.

A incompreensão dessa continuidade suscita certas surpresas infundadas, certos problemas que se perpetuam. A indiferença do povo na proclamação da República, entre nós, é um desses problemas. Mas a sua explicação não estará, em grande parte, no fato de que a República já vinha de longe? O 15 de novembro foi uma data. E uma convulsão aguda. Mas o espírito republicano vinha de tempo mais remoto. Aquele jogo normal das instituições, o equilíbrio dos partidos, a paz exterior, a nobre figura de D. Pedro II, abdicando cada vez mais do seu caráter imperial, a liberdade crescente da opinião, o abolicionismo inflamado, todo o idealismo republicano que, bem ou mal, germinou e floresceu nesse período de ordem e de tranqüilidade, em que o Brasil marcou, como em nenhum outro momento de sua história, os traços essenciais de sua figura moral — tudo indica que a monarquia tinha cedido à república, e que as formas do passado apenas se prolongavam por inércia. A mudança de 89 não representou inteiramente um regime novo. Não foi grande, por assim

dizer, a solução de continuidade nos homens e nas idéias. E o Brasil apenas perdeu, em 89, um quadro de disciplina e um exemplo de moralidade que só mais tarde veio a deplorar, platonicamente.

É inexacto, portanto, atribuir ao 15 de novembro uma importância excessiva. O país aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em república. E as transformações políticas que houve — e só o tempo naturalmente as revelou — deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento. O poder central, que tinha vindo de abdicação em abdicação, voltou à consciência da sua autoridade. E o círculo vicioso se formou: o caudilhismo suscitando a reação estadista, e a força do poder estimulando as ambições opostas de conquistá-lo.

A República hoje, com trinta e cinco anos de realização, é a resultante de duas forças contraditórias: o **cesarismo** e o **caudilhismo**. De um lado, a autoridade central cada vez mais absorvente; de outro, as forças latentes ou patentes de oposição cada vez mais dissolventes. Entre as duas, o país indiferente, a grande força obscura de trabalho, de inteligência, de egoísmo e de sacrifício, que tece surdamente a vida da nação e em cujo nome as forças contraditórias se digladiam.

(Política e Letras, em *À Margem da História da República*, p. 253 a 255, Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil" (1924). Segunda edição pela Editora da Universidade de Brasília, 1981, "Biblioteca do Pensamento Político Republicano", v. 8, em dois volumes. Nesta nova edição, o trecho transcrito encontra-se às págs. 56 e 57 do segundo volume.)

*

QUESTÕES SOBRE A REPÚBLICA IDEAL

(Tommaso Campanella)

Muitas dificuldades militam contra a racionalidade e a utilidade de uma tal república.

1ª — Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. Do mesmo argumento usava Luciano contra a república de Platão.

2ª — Essa república só pode subsistir numa cidade e não num reino, pois não se podem encontrar lugares inteiramente semelhantes.

Dessa forma, será corrompida pelo povos sujeitos, pelo comércio ou pelas sedições que irromperem contra tão austera maneira de viver.

3º – Essa república foi imaginada ótima e perene. Ora, em primeiro lugar, não poderá ser perene, porque necessariamente se acabará corrompendo ou sendo invadida, não estando livre do vento da guerra, da carestia, das feras, e não podendo escapar à tirania interna, ou, finalmente, ao excessivo número de cidadãos, como dizia Platão da sua república. Em segundo lugar, não poderá ser ótima, pois necessariamente haverá delitos, como diz o apóstolo: **Si discessimus quia peccatum non habemos, ipsi nos seducimos**. Além disso, Aristóteles prova, contra Platão, que a comunidade dos bens úteis e das mulheres torna viciosa uma república e, quando nos parece que desapareceu um mal, deparamos em seguida com uma porção deles.

4º – Esse modo de viver é mais conforme à natureza que provado pelo uso de todas as nações. Ele é repellido por todas, de forma que foi leviana e inútil nossa palestra.

5º – Ninguém desejaria viver submetido a leis e observâncias tão severas e sob a tutela dos pedagogos. Essa república seria derrubada pelos próprios cidadãos, como acontece com muitas ordens religiosas que vivem em comunidade.

6º – É natural que os homens estudem as obras de Deus, viajem pelo mundo, procurem em toda a parte as ciências, façam experiência de tudo. Mas, os habitantes de uma tal república seriam como os monges, que só estudam nos livros e, quando ouvem alguma coisa que não se acha neles, se escandalizam e se perturbam. Assim como agora mal crêem nas observações de Galileu, antes não acreditavam que Colombo tivesse descoberto um novo hemisfério, porque Santo Agostinho negou a sua existência.

(*A Cidade do Sol*, pp. 105/107. Trad. de Aristides Lobo. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1961.)

* * *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

JAIME CORTESÃO (1884 – 1960)

Em homenagem ao centenário do grande historiador luso-brasileiro Jaime Cortesão, transcorrido em abril do corrente ano, a presente seção, em vez de simples nota, geralmente de nossa autoria, conterà a transcrição de dois artigos – de Hélio Damante e de João Alves das Neves – publicados no suplemento **Cultura**, de “O Estado de S. Paulo”, do dia 29 de abril. Apenas se acrescenta uma bibliografia do autor, na área que interessa aos estudos históricos.

JAIME CORTESÃO, O HISTORIADOR DE DOIS POVOS

Hélio Damante

Não sei por onde começar um artigo sobre meu velho e querido mestre Jaime Cortesão, no feliz centenário de seu nascimento, entre as vinhas de Ançã, no litoral da Beira. Faço-o com saudade e ternura, revivendo uma cena que se não me apagou da memória, 30 anos passados. Foi em 1954, no alto da Serra do Mar. Vejo-o postado, longas barbas ao vento, sua elevada estatura como que recortada na cordilheira. Fizera deter-se ali, quase no topo da Via Anchieta, o carro de praça a serviço da Comissão do IV Centenário que nos levava a Santos a desembarçar na Alfândega documentos vindos para a Exposição de História de São Paulo no quadro da História do Brasil, ambas gêmeas.

Detivemo-nos, Cortesão, sua esposa, dona Maria Carolina Ferreira Zuzarte Cortesão, que vive e reside em Lisboa, o motorista e eu. Lá embaixo brilhavam ao sol o mar, as ilhas, os mangues, canais, pontes e cidades da Baixada, ainda não poluída. E o mestre não se conteve. Num gesto largo, abarcando o horizonte, disse solenemente com seu forte sotaque lusitano:

– Olhem o “lagamare” santista !

O lagamar santista ! Vocês sabem o que isto significa em termos de perspectiva histórica e de predestinação geográfica ? Significa os navegantes e seu imenso lastro de civilização ocidental e cristã (não tenhamos vergonha de dizê-lo, agora que essas palavras se tornaram pejorativas). Significa as trilhas indígenas, as primeiras entradas e

engenhos, os missionários, os cruzamentos raciais, que logo o sangue negro pigmentaria para sempre, os piratas oficiais da Inglaterra e da Holanda, a imigração estrangeira e a consumação do destino de São Paulo como capital geográfica do Brasil.

A capital geográfica ! Ponto de intercessão, a cidade, com os rios que dão as costas para o mar e serviram de caminhos e roteiros para a epopéia, irradiada também de outros pontos da terra recém-descoberta, de devassar um mundo, virgem e edênico, em sua nudez original e pura e de povoá-lo.

Mas o que ficava atrás, a unir, numa só cultura universal, os dois hemisférios ? Ficava toda a nossa herança espiritual, política e social a embeber-se na Idade Média, com seus doutores, frades mendicantes, universidades, peregrinos e cruzados cruzando pela estrada sideral do caminho de Santiago (de Compostella). E as técnicas da navegação com o uso do astrolábio aprendidas dos árabes.

Jaime Cortesão foi o historiador moderno, talvez o maior dentre os historiadores de língua portuguesa deste século, sem nos esquecermos de João Lúcio de Azevedo, Serafim Leite, Capistrano, Calógeras e Taunay, aos quais se pode classificar, sem medo de errar, de luso-brasileiros. Devassou, por assim dizer, a psicologia das descobertas, das bandeiras e dos tratados de limites. Pois bem. Ele nos ensinava, aos seus assessores diretos (Mário Neme, Ernani Silva Bruno e eu), à equipe plurinacional de artistas plásticos incumbidos da decoração e às jovens universitárias que se preparavam para servir de monitoras da Exposição, que o mundo, antes de ser Geografia, é uma Cosmografia.

— Se os senhores um dia forem a terras distantes, não se deixem embair pelo circundante. **Olhem também para o céu**, para as constelações desconhecidas dos senhores.

Os navegantes, ensinava ainda, não descobriram apenas novos mares e novos mundos, mas também um novo céu. O que sabe uma das passagens do Apocalipse de João: um novo céu, uma nova terra (21,1), pórtico da nova Jerusalém incorruptível. Pude comprová-lo, um dia, em noite de luar, oito mil pés sobre La Paz, cidade que não conheço, mas se me gravou indelevelmente. Da janelinha do avião, a cidade, tal um vulcão andino, era um clarão incendiado em luminárias de néon. No céu meridional, em longitudes também desconhecidas, brilhavam as constelações. E as dominava, quase ao alcance das mãos, o Cruzeiro do Sul, fanal-farol do céu austral, a guiar os navegantes para um mundo novo, que mais civilizaram do que colonizaram. Onde, aliás, se cruzaram principalmente, os portugueses com os indígenas e escravos africanos, gerando — pelo menos isso — as nossas democracias raciais. É o testemunho insuspeito de um ariano, como Emil Ludwig e de um britânico sabedor de História, como Arnold J. Toynbee, para não falarmos dos latino-americanos, como Octavio Paz.

Médico formado em Lisboa e com rápida passagem pela clínica no Porto, depois de haver cursado Coimbra, fez todas as faculdades nas três universidades portuguesas. Poeta, o poeta da saudade portuguesa e do saudosismo, no bom sentido; ensaísta, crítico, teatrólogo, historiador e cartógrafo, ciência que se revelaria, com Armando Cortesão, um patrimônio da família, só se poderia dimensionar sua cultura chamando-a de universal.

Exilado no Brasil na década de 40, por sua visceral incompatibilidade com o salazarismo, que combateu desde o golpe de 1926, pórtico da ditadura, combatera antes na Primeira Guerra Mundial (e foi atingido pelo gás de mostarda), era o homem indicado para organizar a Exposição de História do IV Centenário de São Paulo, apesar dos ciúmes rondando e dos orçamentos apertados. E bem me lembro de Jânio Quadros, o nosso Demóstenes de palanque, candidato a prefeito, malhando nos comícios a Comissão do IV Centenário e a construção, digamos assim, porque era um matagal selvagem, do Parque Ibirapuera. Tudo isso custou 600 milhões de cruzeiros velhos, mas o candidato já vitorioso queria que revertissem em guias e sarjetas na periferia. E o povo aplaudia.

O simples anúncio da Exposição e do nome de seu organizador desencadeou uma tempestade em São Paulo. As várias correntes da historiografia paulista investiam não contra ele, mas contra seus critérios, aliás, objetivos e enxutos. Voltou-se ao tempo em que portugueses e castelhanos, Pires e Camargos, se digladiavam em Piratininga.

Dessa guerra incruenta resultaram contribuições positivas para clarear capítulos fundamentais da História de São Paulo e das Bandeiras. Ao fim, e ao cabo, anos depois, liquidou-se com o mito de Anchieta (espanhol), mas apenas um noviço de 20 anos na época, fundador de São Paulo, em favor do padre Manuel da Nóbrega e de Mem de Sá, portugueses, os “estadistas” da fundação, delegada, porém, ao padre Manuel de Paiva, primo de João Ramalho. A História tarda, mas não falha. Toda uma copiosa literatura se produziu ao redor, reunindo partidários de Nóbrega ou de Anchieta e a via intermediária de “obra coletiva”, defendida por Mário Neme em **Notas de Revisão da História de São Paulo** (1959). Uma réplica erudita ao seu clássico **A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil** (1955).

Era preciso atender a todos, sem imolar a verdade histórica no altar dos regionalismos ou de um lusitanismo extremado, por exemplo, o de meu amigo de duas gerações: Tito Lívio Ferreira. Bem me lembro dos cuidados de Ciccillo Matarazzo, presidente da Comissão, depois sucedido por Guilherme de Almeida, para que nada de notório fosse esquecido. E como ele se dirigia a nós, curvados sobre o trabalho, para que não nos esquecêssemos do bispo Sardinha ! O bom Ciccillo embaralhava as coisas e dizia, talvez gozando-nos:

– Não se esqueçam do bispo Lambari !

A Exposição se fez, apesar da grave crise política, a mais grave de todas que já se abateram sobre o Brasil daquele trágico 1954. Em princípios de 1955 foi inaugurada no pavilhão redondo do Parque Ibirapuera, depois Pavilhão Lucas Nogueira Garcez. Dividida em sete seções que se desdobravam cronologicamente em painéis e vitrinas, peçados de livros e documentos, começava com a cultura do Renascimento, as navegações e o original da carta de Caminha, para culminar com a Semana de Arte Moderna, atravessando o bandeirismo, a Independência, o café e as ferrovias. Nem se esqueceram o índio e o comum do povo. Tanto assim que do remanescente da Exposição de História surgiu o atual Museu do Folclore.

Um grupo de artistas plásticos, entre os quais se contavam Tarsila, Di Cavalcanti, Clóvis Graciano, o jovem Ademir Martins, Fernando Lemos e Artur Jorge, fez da Exposição, menina dos olhos do professor Jaime Cortesão, uma História “ao vivo”. Chefiava a equipe o grande pintor Manuel da Lapa, português como os dois últimos citados, falecido há algum tempo em Lisboa. Deve-lhe a cidade uma homenagem. É seu o painel do saguão da Prefeitura, que mostra a partida das naus do Restelo. O outro painel é do grande Di Cavalcanti. Artur Jorge e Fernando Lemos radicaram-se aqui, constituindo família nascida de romances entabulados na Exposição.

Entre os documentos, fortemente protegido, estava o original da carta de Caminha, certidão de idade, de batismo e de registro civil do Brasil, além de cópia autêntica do Tratado de Tordesilhas, cujo meridiano imaginário os bandeirantes distenderam em arco. Procediam diretamente dos arquivos europeus, entre os quais o de Simancas (Valladolid), o Arquivo das Índias de Castela; da Biblioteca de Paris, do Vaticano, do Arquivo Nacional, do Itamarati, dos IHGs Brasileiro e de São Paulo etc. De tudo isso restou um catálogo datilografado, fortemente descritivo e documentado, de que guardo avaramente uma cópia. Tão avaramente que não a encontrei para escrever este artigo, mas não está perdida.

A Exposição, enquanto não se edite o catálogo, resta episódica, convenhamos. A obra de Jaime Cortesão culmina, na verdade, com a publicação, iniciada em 1952, pela Imprensa Nacional, dos oito volumes do seu monumental **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, comemorativa do bicentenário do estadista brasileiro da corte de D. João V, por ele minuciosamente descrita.

Trabalho de equipe, como fazia ele questão de acentuar, reúne milhares de documentos, centenas de mapas e ilustrações, na maioria inéditos. E, com ele, o Itamarati e o Instituto Rio Branco ergueram o monumento que o Brasil devia ao grande santista. Já agora vislumbro outro

motivo por que os olhos do velho mestre rebrilhavam a cada vez que descortinavam o “lagamare” santista. Tudo incluindo muitos trabalhos também inéditos, por vezes totalmente desconhecidos, do próprio Gusmão; as negociações secretas do Tratado e sua consumação, a definirem a “base geográfica, orgânica e viável” do Estado brasileiro, a sua feição territorial inconfundível e definitiva, em face de seus vizinhos hispano-americanos.

Cortesão navegava nessas águas como um marinheiro da Escola de Sagres, para iluminar todo um quadro da História da América, sublinhar o feito das bandeiras no recuo do meridiano e do personagem chave-mestre da diplomacia brasileira: Alexandre de Gusmão.

Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, com suas milhares de páginas, mapas e fac-símiles, só pôde ser publicado graças ao empenho pessoal do presidente Getúlio Vargas, em seu segundo mandato constitucional, tragicamente interrompido. Homem de fronteira, crescido entre os entreveros com os caudilhos platinos – caudilho contra caudilho –, de que participaram seus ancestrais e seu próprio pai, general Manuel do Nascimento Vargas, veterano do Paraguai, o então presidente teria tido sensibilidade específica para o quê, eufemisticamente, passou à História como a demarcação de limites com o Vice-Reinado do Rio da Prata. Cortesão, com a integridade intelectual que lhe era própria, o registra no prólogo, ao fazer os agradecimentos de praxe, desde o chefe de Estado às secretárias e datilógrafas do Ministério, passando por um grupo brilhante de diplomatas-historiadores, entre os quais Hélio Lobo. Onde cabe lembrar, como braço direito, o professor Agostinho da Silva, seu genro português. Outra sua filha foi esposa do poeta Murilo Mendes. Pedro Nava, em **O Círio Perfeito**, seu mais recente livro de memórias, menciona, com carinho, o casal, mas não o sábio sogro do poeta e como tudo começou... no Itamarati.

A publicação dos documentos da Coleção De Angelis foi o último serviço de Jaime Cortesão no Brasil antes de voltar para sempre a Portugal, em 1957.

Jaime Cortesão publicou neste jornal (“O Estado de S. Paulo”) centenas de artigos e grande parte de seus livros ainda inéditos sobre Antônio Raposo Tavares e os bandeirantes no Guaíra e no Itatim. Estreita amizade o ligava a Júlio de Mesquita Filho, também historiador, note-se de passagem (traço menos conhecido de sua personalidade), dotados, ambos, do mesmo pendor liberal. O jovem Cortesão, republicano embora, não gostara da queda da monarquia em Portugal, e Mesquita, em página notável, fez demolidora crítica à República no Brasil. Mas não foram sebastianistas, antes desiludidos de seus sonhos. Ambos pagaram o preço que se paga nas lutas pela liberdade.

Cortesão, como o jornalista seu amigo, registra várias prisões, já antes do salazarismo. Em 1958, aos 74 anos, é preso pela última vez, em Portugal, ao lado de Antônio Sérgio, Vieira de Almeida e Azevedo Gomes, todos como ele septuagenários. Foi o clamor da imprensa e da inteligência brasileira, a incluir Gustavo Coração, que os libertou em questão de dias. Morreu na sua querida Lisboa a 14 de agosto de 1960. Foi inumado no cemitério dos Prazeres (de Nossa Senhora dos Prazeres), amortalhado no hábito de São Francisco, pois no franciscanismo via a santificação da Terra e uma das motivações profundas dos descobrimentos, empreitada missionária e sacral, está provado. “O franciscanismo, costumava dizer, tem para mim um grande poder de atração moral, pela ampla generosidade humana dessa Ordem, que quis divinizar a Terra, e pelo seu papel nos descobrimentos”. Sua obra seguiu e segue, postumamente, como se vivo fosse para sempre.

Agora não sei como terminar este artigo. Talvez uma frase de seu livro ainda da mocidade, **O Humanismo Universalista dos Portugueses** (Portugália Editora), defina, no paralelo que traça entre Camões e Cervantes, o imenso legado de Jaime Cortesão à historiografia dos dois mundos da mesma fala: “A epopéia de Camões não foi um epitáfio, mas um testamento”.

*

A CONSTANTE COLABORAÇÃO DE JAIME CORTESÃO NA IMPRENSA BRASILEIRA

João Alves das Neves

Através de livros e de centenas de artigos na imprensa, o historiador Jaime Cortesão deu às pesquisas sobre o passado do Brasil – para que melhor se compreendesse o presente e se pudesse projetar o futuro – uma contribuição decisiva e singular, conforme documentou expressivamente a Exposição da História de São Paulo, no decurso das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade, em 1954.

A obra completa do autor da **Introdução à História das Bandeiras** vai ser finalmente publicada pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda, segundo nos informaram recentemente em Lisboa, juntando-se deste modo aos lançamentos das editoras Portugália e Horizonte. E somará trinta volumes, embora não saibamos se vai englobar toda a colaboração dispersa pelos inúmeros jornais e revistas em que Jaime Cortesão colaborou, quer do Brasil, quer de Portugal, Angola, Moçambique e de outros países.

Realmente, muitos dos artigos e ensaios divulgados na imprensa brasileira foram depois reproduzidos em publicações portuguesas diversas, assim como nos jornais **A Província de Angola**, de Luanda, e **Notícias**, de Lourenço Marques (hoje Maputo). A colaboração do historiador luso-brasileiro n' **O Estado de S. Paulo** foi imensa e prolongou-se por mais de um quarto de século, desde 1943 até 1960. Aliás, o poeta, memorialista, pesquisador e comentador da História que foi Jaime Cortesão esteve também presente nas páginas da revista **Anhembi** (de São Paulo) e dos jornais **A Manhã**, **Diário de Notícias** e **Jornal do Comércio** (do Rio de Janeiro).

São escassos os elementos que conhecemos acerca dos textos divulgados nos três jornais cariocas, mas sabemos que foram importantes os trabalhos de Cortesão em **Anhembi**, designadamente os **Ensaios Camonianos**. No livro **Jaime Cortesão, o homem e a obra**, o professor Oscar Lopes registra não somente a valiosa colaboração do historiador na monumental **História da Colonização Portuguesa do Brasil** (que começou a ser impressa em 1923), mas também a publicação da conferência de 14/12/1940, **A Certidão do Descobrimento do Brasil**, na "Gazeta de Notícias". Em 1944, saiu o ensaio de topografia histórica **Cabral e as Origens do Brasil e o Mapa-Mundi Português chamado Cantino**, no "Boletim de Documentação", editado pelo Ministério das Relações Exteriores. **Velhos erros e novas correções** foi o título da série iniciada em 1946 no jornal **A Manhã**, assinalando-se igualmente a divulgação de **Um problema de emigração no século XVII**, na Revista de Imigração e Colonização, do Rio (estamos citando apenas os trabalhos publicados em jornais e revistas, sem referir livros e opúsculos também editados no Brasil).

Ainda na "Revista de Imigração e Colonização", anotou Oscar Lopes a publicação de **Cartografia antiga e geopolítica de Goiás** (1956), além de **O território da Colônia do Sacramento e a formação dos estados platinos**, na "Revista de História", de São Paulo (1954). São escassas, porém, as informações sobre a colaboração de Jaime Cortesão no jornal "O Estado de S. Paulo", embora neste se encontrem textos valiosos e provavelmente "semi-inéditos", considerando que uma leitura apressada do primeiro volume da **Bibliografia de Jaime Cortesão**, organizada por Neves Águas, não cita transcrições de numerosos desses artigos, entre os que foram publicados depois na imprensa portuguesa, angolana e moçambicana da época.

O nosso contato com a colaboração de Jaime Cortesão principiou há pouco mais de 20 anos quando, a pedido do editor Agostinho Fernandes e por indicação do Dr. Júlio de Mesquita Filho, localizamos os 64 artigos da **Introdução à História das Bandeiras**, já que a família do historiador somente dispunha de cerca de metade. Esses textos

foram posteriormente reproduzidos nos dois volumes que vieram a constituir a pesquisa introdutória à história das bandeiras (ed. Portugália, Lisboa, 1964).

Por força das circunstâncias, realizamos então o levantamento do que supomos ser toda a colaboração do investigador nas páginas de **O Estado**: são mais de 200 os artigos, incluindo naturalmente os 64 sobre as bandeiras. Alguns deles já estão em livro, como aconteceu com a maioria das belíssimas “cartas de Portugal”, que vieram a formar o acervo principal do volume da editora lisboeta Artis, **Portugal, a terra e o homem** (1966).

O primeiro artigo de Jaime Cortesão n’**O Estado de S. Paulo** foi publicado em 29 de janeiro de 1943, sob o título de **A saudação de João Ramalho**. E o último saiu no “Suplemento Literário”, em 12 de novembro de 1960. No total, 227 artigos, se estiver certo o balanço que provisoriamente fizemos. Vinte e sete anos de colaboração proveitosíssima, original, profunda e superiormente redigida, porque um dos segredos do êxito do escritor residiu sempre nessa condição obviamente fundamental para o articulista e o escritor: saber redigir. Com estilo próprio, fluente e correto, claro e preciso.

Não deixou de ser simbólico o primeiro artigo sobre João Ramalho, esse misterioso português que chegou a Santo André da Borda do Campo antes da viagem até São Vicente de Martim Afonso de Sousa, em 1531, vindo a participar mais tarde da fundação de São Paulo, em 1554. Anos depois, saiu a série sobre **Eça de Queiroz e a questão social**, uma dezena de artigos publicados entre 13 de maio e 20 de julho de 1943 (em 1949, a **Seara Nova** reuniria esses textos no volume homônimo, depois de os haver divulgado na revista que se publicava em Lisboa com o mesmo título).

Ainda em 1947, foi também inaugurada a série em torno da **Introdução à História das Bandeiras**, com o primeiro artigo em 20 de agosto e o último (649) em 24 de julho de 1949. Obra meticulosamente planejada, ao ponto de ser integralmente reproduzida nos dois volumes de 1964 (...) A partir dessa longa mas preciosa série, Jaime Cortesão intensificou os seus artigos para **O Estado**, escrevendo sobre temas históricos, literatura, incluindo a crítica e as artes em geral, filologia, política etc. Questões tão variadas, a partir de **A língua portuguesa como expressão histórica** (24 de janeiro de 1952) até às do **Teatro em Portugal na Idade Média** (18-5-1952) ou de **Aquilino Ribeiro no Brasil** (6-7-1952). De 1953 há que relevar os três artigos sobre **A autoria das “Aventuras de Diofanes”** e, em 1955, os oito textos sobre **A exposição histórica de São Paulo** (o primeiro é de 13 de março e o “balanço final” de 3 de abril).

A primeira “carta de Portugal” (assim denominada) saiu na edição de 2 de outubro de 1955 com o título de **A festa de São Bartolomeu no mar**, mas há muitas outras, antes e depois, que abordam

temas portugueses, ao sabor da imensa saudade que o autor confessava ter pelo país natal. Cartas ou crônicas que foram arrumadas no volume **Portugal, a terra e o homem** de acordo com as regiões: Entre Douro e Minho (17 textos), Trás-os-Montes (3), As Beiras (18), Estremadura (16), Ribatejo (2), Alentejo (5) e Algarve (4). Comparando as crônicas do volume com as de **O Estado** (por meio dos títulos), observamos facilmente que nem tudo o que saiu no jornal foi reproduzido no livro, ou então houve alteração dos títulos.

Entretanto, salientam-se ainda algumas séries de artigos, como **América Portuguesa e América Espanhola** (quatro artigos em 1956), **Geopolítica de Goiás e da futura capital** (cinco textos), **A expedição de Luís Barbalho e os paulistas** (cinco artigos), **Descobrimiento do Brasil** (três) e **História de piratas** (dois), todos divulgados em 1957.

Para se avaliar com exatidão o que, na época, pensava Jaime Cortesão do regime de Salazar devem ler-se os textos que vão desde os consagrados ao escritor Aquilino Ribeiro (1952 e 1959, este último a propósito do romance **Quando os lobos uivam**, que valeu um processo ao autor) e as outras questões sintomáticas: **O povo tem fome de cultura, Comunidade luso-brasileira, Presença e ausência no III Colóquio** etc. Aliás, o pensamento político do escritor é bem dedutível dos ensaios que compõem o livro **Os fatores democráticos na formação de Portugal** – e outros dos seus pronunciamentos não fossem, como efetivamente são, bem conhecidos.

Ao lembrar Jaime Cortesão neste ano do centenário do seu nascimento (29 de abril de 1884), o Brasil cumpre um dever de gratidão por quem, até a morte (14 de agosto de 1960), tanto fez pela cultura brasileira, documentando não somente a raiz portuguesa, mas ainda os contributos de outras origens, desde os africanos aos de todos os imigrantes que têm ajudado a construir o Brasil. Vale a pena reproduzir, entretanto, o comentário que **O Estado de S. Paulo** publicou em 3 de abril de 1955 a propósito do autor de **A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o Descobrimiento do Brasil**: “Se, já antes, grande era a dívida da historiografia brasileira para com o mestre português, cuja obra, desde **A Carta de Pero Vaz de Caminha** aos alentados volumes da série **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, é toda dedicada à investigação científica do nosso passado, essa dívida, após a Exposição de História, cresceu consideravelmente. De modo especial, São Paulo ficou a dever a Jaime Cortesão a alta contribuição que aquela iniciativa trouxe às comemorações do IV Centenário da Cidade. As centenas de milhares de pessoas, estudiosas ou simples gente do povo, que têm visitado a Exposição de História não podem conter a sua emoção ante aquela admirável lição de civismo, que lhes desvenda aos olhos, quase palmo a palmo, a lenta obra de

conquista e configuração do território brasileiro e de formação de seu povo, de sua consciência nacional e ética”.

*

BIBLIOGRAFIA DE JAIME CORTESÃO

A obra deixada pelo grande historiador luso-brasileiro é vasta e variada, abrangendo não apenas temas de história, mas também literatura, especialmente o teatro e a poesia. Aqui, por motivos óbvios, indicamos apenas (pela ordem alfabética) sua produção no campo da História, e ainda assim longe de completa, pois nos limitamos ao que se encontra publicado em livro, e provavelmente com lacunas, deixando de lado a enorme colaboração em jornais e revistas, da qual, aliás, deu conta, em grande parte, o professor João Alves das Neves no artigo que transcrevemos.

- A Carta de Pero Vaz de Caminha (edição crítica, 1943).
 A Colonização do Brasil.
 A expansão dos portugueses no período henriquino (1965).
 A Expedição de Pedro Álvares Cabral e o descobrimento do Brasil (1922).
 A Fundação de São Paulo, capital geográfica do Brasil (1955).
 A Missão dos Padres Matemáticos no Brasil (1958).
 A Viagem de Diogo de Loire e Pedro Vásquez de la Frontera ao banco da Terra Nova, em 1552 (1933).
 Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid, 9 volumes, sendo dois de texto e sete de documentação (1952/1963).
 Cabral e as origens do Brasil (1944).
 Camões e o descobrimento do mundo (1944).
 Cancioneiro Popular (1914).
 Do sigilo nacional na História dos Descobrimentos (1924).
 Eça de Queirós e a questão social (1949).
 Ensaio Camonianos (1953).
 História do Brasil nos velhos mapas, 2 vols. (1965).
 Introdução à História das Bandeiras, 2 vols., (1964).
 Jesuítas e Bandeirantes no Guafrá (1951).
 Jesuítas e Bandeirantes no Itatim (1952).
 L'Expansion des portugais dans l'histoire de la civilisation (1930).
 Le Traité de Tordesilhas et la découverte de l'Amérique (1926).
 Los portugueses en la Historia de la America y de los pueblos americanos (1947).
 Manuscritos da Coleção De Angelis (1952/54).
 Memória da Grande Guerra (1919).
 O Franciscanismo e a mística dos descobrimentos (1932).
 O Humanismo universalista dos portugueses (1965).
 O Império Português no Oriente (1968).
 O que o povo canta em Portugal (1942).
 O Ultramar português depois da Restauração (1968).
 Os descobrimentos portugueses, 6 volumes (1960 e 1962); 1975 a 78.
 Os descobrimentos pré-colombinos dos portugueses (1966).
 Os fatores democráticos na formação de Portugal (1964).
 Os Portugueses em África (1968).
 Os Portugueses no Descobrimento dos Estados Unidos (1949).

Portugal, a Terra e o Homem (1966).

Raposo Tavares e a Formação Territorial do Brasil (1958).

Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses (1940).

A Jaime Cortesão a historiografia brasileira deve, ainda, uma edição dos **Diálogos das Grandezas do Brasil**, a única, aliás, em que o famoso texto é publicado com a autoria expressa de Ambrósio Fernandes Brandão (1943), a publicação do precioso documentário da Coleção De Angelis, da Biblioteca Nacional, e os três volumes de documentos sobre a História de São Paulo, **Pauliscae Lusitana Monumenta Historica** (1956/61).

*
*
*

SELETA

JOÃO RAMALHO

Jaime Cortesão

João Ramalho é o grande elo, o mais direto e sólido entre a pré-história e a história do Brasil; entre a cultura indígena de um lado e, do outro, a cultura adventícia, representada por Martim Afonso de Sousa e a Companhia de Jesus, ou sejam as suas duas faces: a laica e a sacra. Ele, como ninguém, conhecia as vantagens de posição dos campos de Piratininga em relação ao Prata, ou seja, ao Tietê e ao Paraná. Dos depoimentos combinados do padre Nóbrega, ao afirmar que João Ramalho ia à guerra com os índios, e do padre Anchieta, quando acrescentava que estes **comumente andavam mais de cem léguas** para guerrear os seus contrários, pudemos com segurança concluir que o Patriarca do campo de Piratininga conhecia aquelas vantagens de posição, já por assimilação cultural, já por experiência própria. João Ramalho, **homem possante que antes de jantar andava nove léguas**, conforme o testemunho de Tomé de Sousa, havia de conhecer, como os próprios índios seus parentes e aliados, a rosa dos ventos dos caminhos do sertão. E se nos lembrarmos que, desde São Paulo até à foz do Tietê no Paraná se interpõem cem léguas das antigas, é inconcebível que João Ramalho não tivesse navegado o Tietê e o Paraíba ou ignorasse que aquele rio pertencia à bacia do Prata. Incorporado às tribos e chefe tribal, ele participou da cultura nômade da sua vasta parentela e correu por certo aventuras descobridoras que a história ignora, porque ao mergulhar na tribo, caiu no grande silêncio da pré-história.

De João Ramalho, mais diretamente do que ninguém, terão derivado os informes que levaram D. João III e o seu Conselho a planejar o povoamento, sobre aquele caminho, **desde el puerto de San Vicente, por tierra, al Rio de la Plata**, como Gonçalo da Costa fizera saber à Imperatriz, se é que ele próprio não concorreu também para aquela decisão.

De João Ramalho se poderá dizer que fundou o domínio português sobre os campos de Piratininga pela única forma que lhe era possível: a fusão com as tribos goianá e tupi, das quais, pela assimilação cultural, se tornou o senhor e o dirigente. Mas, ao indianizar-se, americanizou-se. Abrasileirou-se. Deu o primeiro passo para a colina do Ipiranga, onde outro português, igualmente assimilado, iria soltar o grito final da Independência. Bem mais do que um fundador de São Paulo, ele inicia o longo e múltiplo processo de diferenciação entre a Colônia e a Metrópole.

Quando alguns, ainda que poucos, historiadores brasileiros partilham o juízo ortodoxo dos jesuítas de Quinhentos sobre João Ramalho e a poligamia luso-tupi, eles rejeitam do mesmo passo uma realidade americana própria, específica, de base e, por consequência, um dos alicerces em que assenta a construção genuinamente brasileira de nação.

(A Fundação de São Paulo, Capital Geográfica do Brasil, 139/140. Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1955.)

*
* *
*

RABISCOS DE UM ESCRIVINHADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram divulgadas).

107. VISCONDE DE TAUNAY, O QUASE ESQUECIDO

Ao ser empossado na Academia Brasileira de Literatura, o Dr. Mellilo Moreira de Mello, proferindo seu discurso de praxe, em que tratou de seu patrono, no caso o Visconde de Taunay, teve oportunidade de abordar a vida e a obra do autor de **Inocência** de modo que produziu página altamente significativa para um mais amplo conhecimento de figura que não vem sendo tratada com a devida justiça pelos modernos historiadores da literatura e da cultura brasileira, em geral.

A não ser os casos de **Inocência** e da **Retirada da Laguna**, que continuam sendo reeditados, os demais livros de Taunay, todos esgotados, estão praticamente esquecidos e totalmente ignorados das novas gerações. Seu filho, o eminente historiador Afonso de Taunay, durante cerca de trinta anos, empreendeu a reedição da obra do pai, ou a publicação em volume de numerosos escritos que ficaram esparsos em revistas e jornais, notadamente na "Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro". Mais de quarenta volumes assim foram publicados, mas destes, quantos o leitor conseguiria encontrar atualmente, mesmo nas melhores bibliotecas? E note-se, ainda, que nas reedições promovidas por Afonso de Taunay muita coisa ficou de fora.

No entanto, se na obra de Taunay há páginas de circunstância, hoje talvez superadas, há, contudo, doutra parte, livros preciosos, indispensáveis mesmo para o conhecimento da vida política do Segundo Reinado. E mesmo questões avançadas para a época, como a imigração, o casamento civil, a grande naturalização, entre outras, mereceriam ser revistas à luz do que escreveu o grande brasileiro. E ainda na literatura militar, de que Taunay foi dos pioneiros no Brasil, algumas de suas descrições geográficas das regiões que percorreu indo para Mato Grosso ou voltando dele, revestem-se de grande valor para o conhecimento de áreas na época praticamente ou mesmo totalmente ignoradas. E as páginas sobre Goiás, Santa Catarina e Paraná, as províncias que presidiu ou que

representou no Parlamento imperial? E o documentário sobre a última fase da Guerra do Paraguai, quando atuou como secretário do Conde d'Eu?

Enfim, iria longe se enumerasse o que de valioso existe na obra do Visconde de Taunay. Dois dos seus livros são particularmente importantes para a história política do Segundo^a Reinado: **Reminiscências e Homens e Coisas do Império**. Quando se vê a Universidade de Brasília preocupada em reeditar obras de interesse para a história política do Brasil, fico a perguntar se os dois livros de Taunay, hoje inacessíveis ao leitor comum, não fariam boa figura na preciosa coleção "Temas Brasileiros", da editora brasiliense. Aqui fica a sugestão. (21-3-1984.)

*

108. "REVISTA BRASILEIRA"

O nome **Revista Brasileira** é de muita significação em nossa vida cultural, especialmente literária. Fundada em 1857, em substituição à revista **Guanabara**, circulou até 1861, com apenas onze números; era dirigida pelo Conselheiro Cândido Batista de Oliveira e estampou colaborações de Fernandes Pinheiro, Freire Alemão, Joaquim Norberto e Araújo Porto Alegre, entre outros. Ressurgiu em 1879, na forma de quinzenário, circulando até 1881, colaborando em suas páginas a nata da intelectualidade da época, inclusive Sílvio Romero, Araripe Júnior, José Veríssimo e Machado de Assis; ressurgiu mais uma vez no fim do século, sob a direção de José Veríssimo. Mais de trinta anos depois, Batista Pereira utilizou seu título para a publicação que circulou em 1934 e 1935, com nove números, assinalados como "quarta fase" do histórico periódico. Bem mais tarde, ressurgiu numa quinta e sexta fases, esta última sob a responsabilidade da Academia Brasileira de Letras.

Na fase Batista Pereira, a **Revista Brasileira** diferia substancialmente das demais fases tanto anteriores como posteriores, todas de tendência acentuadamente literária; apresentava-se, nesta quarta fase, como "síntese do pensamento contemporâneo", constando de diversas seções: Política Interna, Política Externa, Economia, Arte etc., às quais não faltava excelente colaboração brasileira e estrangeira. Assemelhava-se muito a **Le Mois**, famosa revista francesa daquela época, de tanta penetração no Brasil.

Pretendia Batista Pereira que cada volume de sua **Revista Brasileira** publicasse um livro completo, obviamente um livro de pequenas dimensões. E começou justamente com a reedição de uma obra de sua própria autoria: **O Brasil e o Anti-Semitismo**, publicada originalmente em 1932 pela Editora Guanabara. Trata-se de um libelo, talvez o mais incisivo

de quantos se escreveram no Brasil, sugerido pelas perseguições aos judeus ocorridas com a ascensão do nazismo na Alemanha; porém, inicia-se o livro recordando o famoso **Affaire Dreyfus**, pelo qual tanto se empenhou Rui Barbosa, como é sabido.

Mais dois pequenos livros foram publicados pela “Revista” na fase Batista Pereira: o Memorial do General Bertoldo Klinger, de muito interesse para a história da Revolução Constitucionalista de 1932; e o relato sobre o Brasil, deixado por um jovem diplomata, Henri Allizé, que por aqui andou a passeio, no fim do Império. Seu valioso relato nunca foi publicado na língua original. Só existe na edição que Batista Pereira fez inserir em sua **Revista Brasileira**. Talvez por isto mesmo seja tão pouco conhecido, a ponto de nunca o ter visto citado em qualquer bibliografia estrangeira sobre nosso País. (4-4-1984.)

*

109. DIVULGADOR AMÁVEL DE NOSSA HISTÓRIA

O escritor maranhense Viriato Correia, cujo centenário de nascimento transcorreu no início deste ano, pode ser enquadrado, no que se refere à sua produção histórica, na categoria do que os franceses denominam de “vulgarisateur aimable”. De fato, divulgador amável de nossa História ele o foi através de, pelo menos, uma dezena de livros publicados na década de 20 e nos primeiros anos 30: **Terra de Santa Cruz, Histórias de Nossa História, Brasil dos Meus Avós, Baú Velho, Gaveta de Sapateiro**, entre outros. Sem cair no gênero fescenino, tão do agrado, por exemplo, de Assis Cintra (**As Amantes do Imperador, Os Escândalos de Carlota Joaquina, O Favorito da Imperatriz...**) Viriato Correia pairou sempre num plano mais alto e provavelmente nenhum dos nossos escritores tenha contribuído mais que ele para a divulgação de nossa crônica histórica, pois seus livros alcançaram enorme divulgação, satisfazendo aos inúmeros leitores que não desejavam nenhum compromisso mais sério com a História.

Nem sempre o escritor foi feliz no título de seus livros. Basta dizer que as páginas históricas mais sérias que escreveu, que seriam certamente subscritas por qualquer historiador do Instituto Histórico, ele as reuniu num volume com o título assaz comprometedor de **Alcovas da História...** O autor maranhense fez alguma história de alcova, não há negar. Mas não no livro que tem precisamente esse título. O porquê da

inadequação? Quem o poderá dizer? Interesse apenas comercial, dado o chamariz do título, já que o livro apareceu numa época em que estavam muito em moda as histórias de alcova, e isto não só no Brasil, mas em toda parte? Pode ser. A verdade é que ninguém irá imaginar que um livro com esse título possa abrigar o mais sério estudo que já se fez sobre o problema de Calabar (justamente em resposta a Assis Cintra, que pouco antes publicara **A Reabilitação Histórica de Calabar**), ou então algumas páginas sobre a cultura maranhense, que o leitor de hoje ainda apreciará.

Mas, convém lembrar que Viriato Correia não escreveu apenas sobre História. Vasta é a sua produção no campo da Literatura Infantil, do Romance e, especialmente do Teatro, pois foi neste setor que seu nome mais se firmou, pelo menos nos seus últimos anos, quando a preocupação pela história anedótica e “amável” já havia sido superada.

A maior parte de sua vida transcorreu no Rio de Janeiro, tendo sido eleito em 1938 para a Academia Brasileira de Letras, na vaga de Ramiz Galvão, cadeira criada por Carlos de Laet. E na antiga capital da República faleceu aos 10 de abril de 1967. (25-4-1984.)

*

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

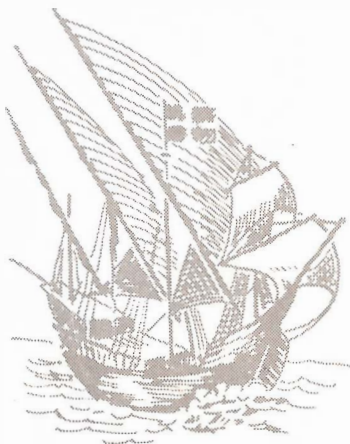
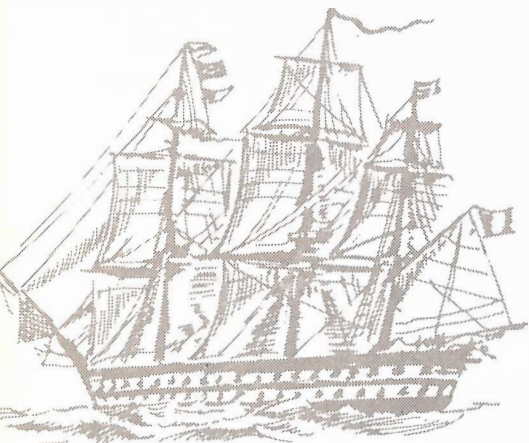
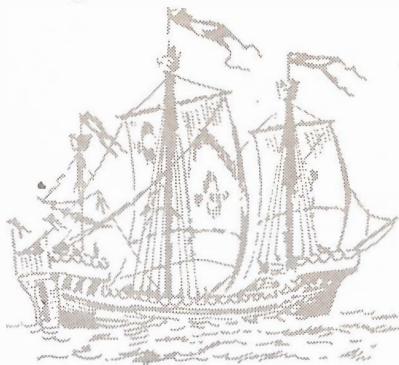
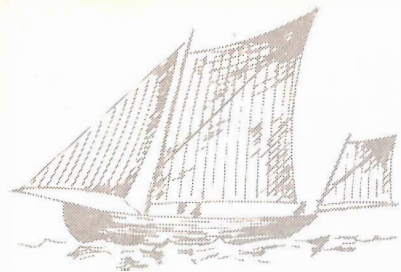
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Informática
- c) Colégio Comercial da Academia “São Luís”
- d) Colégio de Aplicação “Pio XII”



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

